



Universidade de Aveiro
2021

**JOÃO AFONSO
TEIXEIRA LAU**

**POPULISMO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS: O
CASO PORTUGUÊS.**



Universidade de Aveiro
2021

**JOÃO AFONSO
TEIXEIRA LAU**

**POPULISMO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS: O
CASO PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Varqá Carlos Jalali, Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

vogais

Prof. Doutor Rui Graça de Castro Feijó
Investigador, Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Sociais

Prof. Doutor Varqá Carlos Jalali
Professor Associado, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Um agradecimento ao Professor Doutor Varqá Jalali, pela sua ajuda imprescindível e disponibilidade total no apoio à realização desta dissertação.

À minha família, à Mariana, e a todos os meus amigos e colegas, sem os quais esta etapa não estaria concluída.

Para o meu irmão, Henrique, para o meu pai, Fernando, para a minha mãe, Isabel.

palavras-chave

Populismo, discursos, Presidentes da República, Portugal (...).

resumo

Num período da história em que o populismo se afirma cada vez mais como um instrumento político extremamente eficaz, esta dissertação tem como finalidade última avaliar se os Chefes de Estado portugueses recorrem a ditos instrumentos nos seus discursos. Da ausência de estudos sistemáticos aplicados aos Presidentes da República, bem como do debate mediático envolvendo Marcelo Rebelo de Sousa e o seu estilo presidencial, surgiu esta dissertação, na qual se replicará o projeto do *Global Populism Database*, que estuda o grau de populismo em discursos de líderes de todo o mundo através de análises holísticas. Em adição, é apresentada uma análise de conteúdo temática dos discursos que contenham evidências de retórica populista, de forma a possibilitar um enquadramento temático dos mesmos e das circunstâncias específicas em que os Presidentes da República os empregam. Os resultados demonstram que os Chefes de Estado portugueses não recorrem a elementos populistas nos seus discursos, sendo estes na sua totalidade pluralistas e institucionais.

keywords

Populism, discourse, Presidents of the Republic, Portugal

abstract

In a time when populism proves to be an extremely effective political instrument, this dissertation aims to evaluate if the Portuguese Heads of State employ those types of instruments in their political speeches. From the absence of systematic studies applied to the Portuguese Presidents, as well as the mediatic debate over Marcelo Rebelo de Sousa's presidential style, this dissertation emerges, in which the *Global Populism Database* project, that analyses the level of populism shown in political speeches from world leaders, through holistic grading, will be replicated. Furthermore, a discourse theme-content analysis of the speeches which contain populist rhetoric is presented, providing a contextualization of those speeches and the specific circumstances that lead Portuguese Presidents to employ populist rethoric. The results show that Portuguese Heads of State do not use populist elements in their speeches, which are pluralist and institutional as a whole.

Índice

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - REVISÃO DE LITERATURA	8
I - POPULISMO.....	8
II – DISCURSO POPULISTA	12
III – SEMIPRESIDENCIALISMO	14
3 - COMPLEMENTO DA ANÁLISE DE POPULISMO NOS DISCURSOS: QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESE	18
I - MANDATO PRESIDENCIAL	18
II - CONGRUÊNCIA COM O MANDATO GOVERNATIVO.....	19
III - TIPO DE GOVERNO	21
IV - DESEMPENHO ECONÓMICO.....	22
4 - METODOLOGIA	25
I - OBJETIVOS DO PROJETO.....	28
II - O PROJETO GLOBAL POPULISM DATABASE.....	28
III – A MEDIÇÃO DO POPULISMO NOS DISCURSOS	30
IV - ANÁLISE TEMÁTICA DOS DISCURSOS.....	34
V – OS DISCURSOS: OBTENÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E RELAÇÃO COM AS VARIÁVEIS	36
VI - LIMITAÇÕES NA REPLICAÇÃO DO PROJETO <i>GPD</i>	39
5 - O (NÃO) POPULISMO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS	41
I - LADO A LADO: ONDE SE POSICIONAM OS DISCURSOS PRESIDENCIAIS PORTUGUESES?	51
6 - ANÁLISE DE CONTEÚDO TEMÁTICA	55
I - MÁRIO SOARES E O DUALISMO NA SOCIEDADE	55
II - JORGE SAMPAIO E O CORPORATIVISMO.....	59
III - CAVACO SILVA: A CRISE FINANCEIRA DE 2008	63
7 - CONCLUSÕES E REFLEXÕES FUTURAS	67
8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

Índice de tabelas, figuras e gráficos

Tabela 1 – <i>Codebook Global Populism Database</i> (tradução própria).	32
Tabela 2 – Temáticas discursivas.	35
Figura 1 – Codificação das Variáveis.	37
Tabela 3 – Distribuição dos discursos presidenciais analisados.	38
Gráfico 1 – Distribuição dos discursos por presidente e por tipologia.	38
Tabela 4a – Distribuição e frequência dos discursos presidenciais.	39
Tabela 4b – Distribuição e frequência dos discursos presidenciais (assumindo coligações).	39
Gráfico 2 – Pontuações dos discursos presidenciais.	41
Tabela 5 – Discursos assinalados.	42
Tabela 6 – Descrição dos dados referentes à pontuação dos discursos por presidente.	43
Tabela 7 - Descrição dos dados referentes à pontuação dos discursos por tipologia.	43
Tabela 8 – Resultado do teste de normalidade <i>Shapiro-Wilk</i> .	44
Tabela 9a – Resultados do teste <i>Mann Whitney U</i> aplicado à totalidade dos discursos.	45
Tabela 9b – Teste de <i>Kruskal-Willis H</i> aplicado à variável “tipo de governo”.	45
Tabela 9c – Resultados do teste <i>Mann Whitney U</i> aplicado à totalidade dos discursos (excluindo Marcelo Rebelo de Sousa).	46
Tabela 10 - Resultados do teste <i>Mann Whitney U</i> aplicado ao número do mandato.	47
Tabela 11 - Resultados do teste <i>Mann Whitney U</i> aplicado à coabitação.	49
Tabela 12a - Resultados do teste <i>Mann Whitney U</i> aplicado ao tipo de governo.	50
Tabela 12b - Resultados do teste <i>Kruskal-Wallis H</i> aplicado ao tipo de governo (assumindo coligações).	50
Tabela 13 - Resultados do teste <i>Mann Whitney U</i> aplicado à intervenção financeira externa.	51
Gráfico 3 – Pontuações dos discursos presidenciais em regimes semipresidencialistas (<i>Global Populism Database</i>).	52
Tabela 14 – Pontuação dos discursos presidenciais em regimes semipresidencialistas (<i>Global Populism Database</i>).	53
Gráfico 4 – Temáticas do discurso 1 de janeiro de 1990 – Mário Soares (0,1).	57
Gráfico 5 – Temáticas do discurso 1 de janeiro de 1992 – Mário Soares (0,2).	58
Gráfico 6 – Temáticas do discurso ao Corpo Diplomático 1996 – Mário Soares (0,1).	59

Gráfico 7 – Temáticas do discurso 25 de abril de 1997 – Jorge Sampaio (0,1).	60
Gráfico 8 – Temáticas do discurso 25 de abril de 2004 – Jorge Sampaio (0,1).	61
Gráfico 9 – Temáticas do discurso 5 de outubro de 2005 – Jorge Sampaio (0,2).	62
Gráfico 10 – Temáticas do discurso 25 de abril de 2009 – Aníbal Cavaco Silva (0,1).	63
Gráfico 11 – Temáticas do discurso 1 de janeiro de 2013 – Aníbal Cavaco Silva (0,2).	64
Tabela 15 – Listagem das temáticas predominantes e com referência ao <i>codebook</i> do <i>GPD</i> .	66

1 - Introdução

Num período em que por todo o mundo a ameaça do populismo se tem tornado uma questão séria do ponto de vista político e institucional, Portugal tem sido uma exceção ao contágio deste fenómeno. Apesar dos 45 anos de democracia no país, Portugal não tem mostrado grandes evidências de atividade populista no seu sistema político, excetuando o caso mais recente do partido Chega, de André Ventura, apresentando-se, ainda assim, numa situação tranquila no seio de uma Europa afetada por este problema (Salgado, 2019).

O populismo não é um fenómeno político recente. A primeira grande vaga identificável ocorreu no final do século XIX, na Rússia e nos Estados Unidos da América, marcada por um contexto agrário forte, em que o campesinato representava a clara maioria da população dos dois países. Grupos de intelectuais, os *narodnik*, no caso russo, ambicionavam uma nova ordem social que valorizasse os camponeses e as suas necessidades, já que sob regime feudal, se apresentavam como uma classe social envolta em miséria e oprimidas pelos sucessivos Czares (Canovan, 1981). Já nos Estados Unidos, no período de expansão para o oeste, os agricultores, em constante luta pela sobrevivência, uniram-se contra as corporações de caminhos de ferro, sem as quais não conseguiram escoar os seus produtos. Tal ocorreu devido às taxas cobradas pelas transportadoras, insustentáveis para a grande parte do campesinato, que mais tarde se uniu em várias alianças, com o objetivo de reivindicar a sua agenda (Canovan, 1981, pp. 18–24). A ação contra o grande conglomerado dos caminhos de ferro passou de cívica a política, com o surgimento do *People's Party*, ao qual também se juntaram pequenos produtores descontentes com a monopolização e taxaço do transporte dos seus produtos, enfatizando a promiscuidade do governo federal com o *Big Business*, em Wall Street (Canovan, 1981, p. 33). Em 1892, o *People's Party* estava representado nas duas câmaras legislativas dos Estados Unidos da América (seis senadores e sete congressistas), tendo, contudo, o seu fim delineado uns anos mais tarde, com a nomeação presidencial de William Jennings Bryan pelo Partido Democrata, que absorveu grande parte do eleitorado do partido populista, condenando-o ao fracasso (Erich, 1977, p. 142).

Durante todo o século XX, também no continente sul americano se testemunhou uma longa vaga de populismo, de cariz socioeconómico, que aliou a luta das classes trabalhadoras urbanas, anteriormente fixadas nas zonas rurais e orientadas para o setor primário, a sentimentos nacionalistas propagandeados por líderes carismáticos, como Perón na Argentina ou Chávez na Venezuela, contra o “sistema instalado”, onde o imperialismo americano tem lugar de destaque como alvo das populações (Drake, 1982; Mudde & Kaltwasser, 2013; Taggart, 2000). O fraco desempenho económico é frequentemente associado à emergência de líderes populistas, sobretudo nos países da América Latina, que segundo Taggart, não é comparável com o surgimento de movimentos populistas no resto do mundo, dada a posição de forte dependência destes países face à economia global, tornando o populismo latino-americano um caso único (2000, p. 60).

Mudando o foco para a Europa, é na década de 1990 que se assiste ao surgimento de uma terceira vaga de populismo, aceite quase unanimemente pela comunidade científica: o populismo xenófobo. Tipicamente testemunhado através da atividade de grupos e partidos de extrema-direita (Loch & Norocel, 2015; Mudde & Kaltwasser, 2013), teve nas migrações de refugiados, na integração europeia ou nas consequências graves da crise económica e financeira de 2008, terreno fértil para hoje ser testemunhado em países como França, Reino Unido, Bélgica, Hungria, Grécia ou Espanha (Adam, 2017; Loch & Norocel, 2015; Mudde & Kaltwasser, 2013; Taggart, 2004).

Apesar de inserido no contexto europeu, Portugal não acompanhou, até há bem pouco tempo, a tendência dos seus congéneres continentais (Quintas da Silva, 2018; Salgado, 2019). A longa experiência salazarista pela qual Portugal passou durante grande parte do século XX poderá ter imunizado o país contra movimentos de cariz mais extremista. A pouca afluência de refugiados a Portugal, através do Mediterrâneo, contrasta com um forte movimento migratório em países como França ou Reino Unido, onde um sentimento nacionalista e nativista surgiu, tendo os partidos populistas capitalizado esse assunto nesses países (Quintas da Silva, 2018). Também o fator Europa pesa na ausência de grandes movimentações populistas em Portugal. Em todo o espectro político português, com representação parlamentar, apenas um partido é abertamente contra a Integração Portuguesa na União Europeia, o Partido Comunista Português. Segundo o Eurobarómetro

de setembro de 2018, 67% dos portugueses mostraram-se favoráveis à União Europeia, e 78% acreditam que a adesão de Portugal à então CEE foi positiva para o país (Santiago, 2018). Portugal parece assim imunizado contra a vaga de populismo que assola o velho continente.

De volta ao regime democrático, volvidos 41 anos de governo ditatorial, em 1976, com a aprovação da Constituição da República, Portugal adotou um regime semipresidencialista, no qual um Presidente popularmente eleito coexiste com um governo e um Primeiro Ministro responsáveis perante a Assembleia da República (Pinto et al., 2009, p. 147), formulando assim um executivo dual, em que dois atores, Presidente da República e Primeiro Ministro/Governo, partilham poderes executivos. O semipresidencialismo português evoluiu de um regime *President-Parliamentary* (entre 1976 e 1982), para um regime *Premier-Presidential*, de 1982 até aos dias de hoje. Esse processo de transição será analisado no capítulo seguinte.

Foi a Revisão Constitucional de 1982 que promoveu uma redução significativa do papel do Presidente da República na arena política portuguesa (Lobo & Neto, 2009). O poder executivo passa a pender para o lado do Governo e Primeiro Ministro, sem que os Presidentes da República deixem de ter importância vital para o funcionamento do sistema político português (Lobo & Neto, 2009). Os poderes de dissolução da Assembleia da República, poder de veto e de *agenda-setting* tornam a principal figura do Estado num ator importante na política nacional, apesar de um aparente esvaziamento da presidência até à eleição de 2016, em que os portugueses elegeram Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República (Fernandes & Jalali, 2017).

Apesar de não haver, em Portugal, vestígios significativos de populismo (Salgado, 2019), parece pertinente analisar até que ponto é que os Presidentes difundem ou não ideias consideradas populistas nas suas intervenções. A inexistência de literatura que remeta para o estudo de populismo aplicado aos Presidentes da República em Portugal cria uma oportunidade para, com esta dissertação, dar um primeiro passo para expandir o conhecimento nesta área, numa altura em que o populismo chega às eleições presidenciais, com a participação do líder do partido populista Chega, André Ventura. Tendo em consideração as inúmeras intervenções presidenciais, desde conferências de

imprensa, participações em eventos e discursos oficiais, opto por analisar os últimos neste projeto.

Serão analisados 165 discursos, perfazendo uma média de cinco discursos presidenciais por ano. As intervenções escolhidas para esta análise são as mais importantes feitas pelos Chefes de Estado (Marques, 2019): Mensagem de Ano Novo, a 1 de janeiro; Discurso de Comemoração da Revolução dos Cravos, a 25 de abril; Discurso de Comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, a 10 de junho; e Discurso de Comemoração da Implantação da República, a 5 de outubro. A somar aos discursos domésticos, adicionarei uma amostra de discursos feitos em contexto de política externa, nomeadamente na Apresentação de Cumprimentos ao Corpo Diplomático em Portugal, discursos na sede da ONU e no Parlamento Europeu. A presença de discursos de âmbito internacional prende-se com o facto de o projeto que procuro replicar possuir discursos desta tipologia, que sejam proferidos em solo estrangeiro ou cuja audiência seja maioritariamente internacional.

Irei proceder a uma análise de conteúdo dos 165 discursos presidenciais selecionados, a partir do primeiro mandato de Mário Soares até ao primeiro mandato do atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. A exclusão dos mandatos do Presidente Ramalho Eanes prende-se com dois fatores: primeiro, no contexto pós-revolucionário, o Movimento das Forças Armadas (MFA) teve um papel fulcral na eleição do General Eanes, graças à cláusula que “obrigava” a que o primeiro presidente eleito diretamente pós-revolução fosse um militar e não um civil (Jalali, 2011, p. 158), o que torna o Presidente Eanes num caso distinto dos seus sucessores; em segundo lugar, é importante referir que, em seis dos dez anos de presidência de Eanes, o regime semipresidencialista teve um maior pendor presidencial, até à Revisão Constitucional de 1982, na qual se extinguiu o Conselho da Revolução, um órgão militar formado após o fim do Estado Novo, cujo objetivo era garantir a transição de poder e a instauração de um regime democrático em Portugal, presidido também pelo General Eanes, e que até à data detinha poderes legislativos fortes, como o de aprovar a demissão do executivo por iniciativa presidencial (Jalali, 2011, p. 163). Sendo que, até 1982, o Presidente Eanes possuía mais poderes presidenciais que os seus sucessores, como a possibilidade de demitir o governo ou o facto

desde último ser também politicamente responsabilizável perante o Presidente, torna o cargo de Chefe de Estado distinto dos presidentes pós-1986, sendo possível que um maior grau de poderes presidenciais pudesse influenciar as suas intervenções.

A análise será feita de acordo com a metodologia do projeto *Global Populism Database (GPD)*, desenvolvido por Kirk Hawkins, Rosario Aguilar, Bruno Castanho Silva, Erin Jenne, Bojana Kocijan e Cristóbal Kaltwasser. Os autores acima, aplicando o método de análise de Hawkins (2009), avaliam o nível de populismo de 215 chefes de estado (Primeiros-Ministros e Presidentes) de 66 países do mundo através de uma análise holística dos seus discursos. Portugal não está incluído nesta análise, apresentando-se desde logo uma oportunidade para eliminar essa lacuna na literatura.

Este tema revela-se pertinente, sobretudo considerando a nova onda populista testemunhada um pouco por todo o mundo, em especial na Europa nos últimos trinta anos (Bernhard & Kriesi, 2019; Loch & Norocel, 2015). Em Portugal, e ao longo dos últimos anos, em especial durante os mandatos presidenciais de Aníbal Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa, surgiram no espaço público algumas acusações de populismo direcionadas aos dois Chefes de Estado: no primeiro caso, Carlos Carvalhas, ex-secretário geral do Partido Comunista Português, acusou Cavaco Silva de ser populista por ter afirmado, durante o período de intervenção externa, em que os portugueses se encontravam numa situação financeira complexa, que os seus subsídios de natal e férias “não chegariam quase de certeza, para pagar as despesas” (TVI24, 2016); já Catarina Martins, coordenadora do Bloco de Esquerda, acusou o ex-presidente de proferir “declarações perigosas que seguem os alinhamentos populistas dos egoísmos nacionais”, no seguimento de declarações do Chefe de Estado em relação à “saída de muitos milhões de Euros da bolsa dos contribuintes portugueses” para a Grécia (Lusa, 2015). Também Marcelo Rebelo de Sousa é objeto de análise no que concerne a ser ou não populista. Porém, as interpretações de alguns académicos e constitucionalistas demonstram que não se deve considerar o atual Chefe de Estado como sendo um ator populista: Marcelo Rebelo de Sousa é chamado “semi-populista” pelo Constitucionalista Carlos Blanco de Moraes, devido ao contacto próximo com as instituições e com a população, bem como pela maneira como exerce a chamada magistratura de influência, considerando-o um “populista *soft*, sem adversário e inclusivo”

(Lusa, 2019). António Costa Pinto refere-se ao Presidente da República como um “populista institucionalista”, que ajuda a regular o “bom funcionamento das instituições”, podendo esse seu comportamento ser confundido com o populismo tradicional (2018). “Popularista” é a palavra utilizada por Rui Feijó para definir um presidente “tanto popular, como por vezes populista”, ressaltando que Portugal ainda se encontra “poupado à praga do populismo de extrema-direita” (2019). O “novo ativismo presidencial”, expressão de António Costa Pinto, que Marcelo Rebelo de Sousa introduziu na política portuguesa traduz também uma motivação para, no âmbito desta dissertação, averiguar se os Chefes de Estado Portugueses recorrem ou não a elementos de retórica populista nas suas intervenções. Na literatura, não é possível encontrar nenhum estudo sistemático que procure estabelecer uma relação entre o cargo presidencial e o fenómeno do populismo, o que fornece também uma oportunidade de preencher essa lacuna.

Esta dissertação está organizada em quatro partes: a revisão de literatura, que enfoca as temáticas do populismo, discurso e estilo populista e semipresidencialismo; no capítulo seguinte, serão delineadas e justificadas questões de investigação e hipótese desenvolvidas para a presente dissertação; na terceira parte, serão apresentados os objetivos da minha investigação, bem como explanada a metodologia escolhida e aplicada; serão, posteriormente, examinados os 165 discursos presidenciais, através de uma análise holística, baseada de acordo com as indicações e o codebook desenvolvido por Hawkins (2009) e pela equipa responsável pelo Projeto *Global Populism Database*; proceder-se-á a resposta às questões e hipótese formuladas, assim que terminada a análise estatística dos discursos; por fim, e depois de obtidos esses resultados, será feita uma análise de conteúdo temática, que procura demonstrar em que assuntos contidos nos discursos presidenciais o populismo é mais frequentemente empregue, se o for, por parte dos Chefes de Estado portugueses.

A grande conclusão retirada desta dissertação é que os Chefes de Estado não recorrem a elementos populistas nos seus discursos. Todos os discursos presidenciais analisados são francamente institucionais, democráticos e pluralistas. Não incorporam uma visão maniqueísta do mundo, não identificam um inimigo particular, nem procuram

instigar a uma mudança das instituições políticas nacionais com o objetivo de colocar o poder à responsabilidade do “povo comum”.

2 - Revisão de Literatura

Considerando que o objeto de estudo desta dissertação é o populismo, em particular o populismo em forma discursiva, no contexto presidencial português, o seguinte capítulo procura fornecer um enquadramento geral sobre três temáticas: populismo, sobre o qual serão apresentadas algumas perspetivas conceptuais presentes na comunidade científica; o discurso populista, incidindo sobre a definição do conceito e as várias formas que esse discurso pode tomar; o semipresidencialismo, em particular em Portugal, que promoverá uma contextualização do regime em vigor no país, bem como uma caracterização do papel e dos poderes do presidente no semipresidencialismo português, nomeadamente o poder de *agenda setting*.

I – Populismo

Como já referido anteriormente, muitos autores concordam com a existência de três grandes vagas populistas, que variam tanto no tempo, como no espaço. O populismo agrário, na Rússia e Estados Unidos da América, no século XIX; o populismo socioeconómico, durante o século XX na América Latina; e o mais recente populismo xenófobo, em pleno século XXI, na Europa, são a prova viva de que este fenómeno não mostra sinais de se extinguir ao longo do tempo.

Definir o conceito de populismo é uma tarefa bastante complicada no seio da comunidade da ciência política. O trabalho de Margaret Canovan enfoca que, apesar de não haver um conceito único para definir populismo, uma característica comum a todos prevalece: a desconfiança das “massas puras” face à “elite corrupta” (Canovan, 1981). Cas Mudde define populismo como “uma ideologia que considera que a sociedade está separada entre dois grupos homogéneos e antagónicos, o ‘povo puro’ contra a ‘elite corrupta’, e que advoga que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* do povo” (Mudde, 2004). Paul Taggart aborda o populismo como sendo “uma resposta à hegemonia do liberalismo”, que é o mesmo que dizer que este procura responder ao estabelecimento das instituições da democracia representativa e liberal, alegando os populistas que o desenvolvimento do liberalismo “é sinistro e representa uma cortina de

fumo que disfarça desigualdades inevitáveis de riqueza e poder” (Taggart, 2000, p. 109). A perspectiva económica sobre o populismo de Rudiger Dornbusch e Sebastian Edwards, desenvolvida através do estudo do comportamento político e económico de alguns países latino-americanos no final do século XX, propõe que o populismo surge em contextos de estagnação ou de crescimento económico débil, sendo “a reativação [da economia] e redistribuição” de recursos por parte dos governos populistas a resposta à situação económica, sem olhar no entanto para os restantes indicadores que, segundo as suas conclusões, numa fase posterior, conduzem os países analisados a uma situação económica e financeira ainda mais precária (Dornbusch & Edwards, 1991). Mudde e Kaltwasser, no livro “*Populism – A Very Short Introduction*”, fazem referência a mais duas possíveis interpretações do fenómeno populista: primeiro, como uma estratégia política, assumida por um político carismático e próximo das massas, que ambiciona o poder resultante do apoio direto das mesmas (2017, p. 4); por fim, definem também populismo como um “estilo folclórico”, em que os atores políticos se demarcam daqueles considerados os políticos do sistema, recorrendo por norma a “comportamentos políticos amadores” e apresentando-se como politicamente incorretos, de forma a atraírem o apoio das camadas populares (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 4).

No entanto, os dois autores abordam preferencialmente o populismo através de uma perspectiva ideacional, isto é, consideram este fenómeno como sendo uma ideologia de baixa densidade (*thin-centered ideology*). Argumentam que o populismo é uma ideologia de baixa densidade, já que não constitui uma ideologia com princípios e apoios fortes, como o comunismo ou o fascismo. O populismo alia-se frequentemente a outras ideologias, demonstrando assim o seu carácter maleável e a sua presença em contextos temporais e espaciais completamente distintos.

Os mesmos autores consideram essencial a presença de três elementos nucleares quando presenciamos populismo: em primeiro lugar, a existência de um grupo homogéneo e maioritário, “o povo puro”, de onde advém o poder político e a legitimidade de governação por parte dos políticos; oposta ao povo, a “elite corrupta”, que pode ser política, económica ou cultural; por fim, o terceiro elemento, “a vontade geral” do povo,

que na perspectiva do ator populista é considerada desvirtuada por parte das grandes elites políticas e económicas (Mudde & Kaltwasser, 2017).

No seu artigo focado no populismo na América latina, nomeadamente na Venezuela e com especial enfoque em Hugo Chávez, Kirk Hawkins faz referência a quatro definições distintas de populismo: primeiramente, a abordagem estrutural ao populismo, associado a contextos de industrialização de economias periféricas; a abordagem económica, previamente mencionada, focada nos *outputs* económicos de políticas de curto prazo; a abordagem política, que considera o populismo indissociável da própria política, focando-se na oposição às instituições democráticas e liberais; e, por fim, aborda o populismo como discurso, afirmando que o populismo é um discurso maniqueísta, que cria uma clivagem moral entre o “bem” e o “mal” (2009, p. 1042). A conceção maniqueísta da sociedade contempla uma carga moral intensa, que separa o bem, incorporado no povo, do mal, representado pelas elites, obrigando assim o auditório a tomar partido de um dos lados, contribuindo fortemente para a referida clivagem na sociedade, através da qual os atores populistas, sendo representantes de uma suposta maioria, procuram retirar o poder instalado das mãos da minoria.

Duas forças podem ser consideradas opostas ao populismo, em diferentes níveis: o elitismo e o pluralismo. A primeira traça também uma divisão da sociedade em dois grupos opostos, dando no entanto valor à elite, argumentando que é a elite o bloco superior a nível moral e intelectual, considerando o povo um elemento instável e ao qual não pode caber a responsabilidade de fazer política. O outro conceito oposto ao populismo é o pluralismo, que considera a sociedade como uma entidade dividida em vários grupos distintos de pessoas, com diferentes origens, condições socioeconómicas, cultura e ideias (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 7).

O anti pluralismo é assim uma importante dimensão na conceção de populismo. Os populistas são tipicamente anti pluralistas, já que “alegam que eles, e somente eles, representam o povo” (Müller, 2016, p. 9). Consideram que todos os que não estejam do seu lado, são os inimigos, fazendo parte da alegada elite acusada de desvirtuar o interesse geral. Opõem-se à existência de vários partidos que representem vários grupos dentro do

povo, como minorias religiosas, classes sociais ou económicas, assumindo que o povo é homogéneo e apenas representável por si próprios.

Para além da oposição à integração europeia, os movimentos populistas no velho continente fazem ataque cerrado à imigração, multiculturalismo, criminalidade e corrupção (Mudde & Kaltwasser, 2013), enquadrando-se, por isso, na terceira vaga de populismo, o populismo xenófobo. Há atualmente vestígios destes movimentos em quase todos os Estados europeus, não só na oposição aos governos, como em França, com o Reagrupamento Nacional (antiga *Front National*) de Marine Le Pen, mas também presentes nos próprios executivos, como na Hungria, com o *Fidesz*, de Viktor Órban.

Apesar do populismo xenófobo ser o mais frequentemente testemunhado na Europa Ocidental nos últimos 20 anos, e sendo este protagonizado por movimentos e atores de extrema direita, é importante realçar que o populismo não tem uma família política (Akkerman et al., 2014; Mudde, 2004; Müller, 2016; Taggart, 2004), não devendo ser, assim, associado unicamente aos movimentos de extrema direita (Mudde & Kaltwasser, 2013; Salgado, 2019). Fenómenos populistas de esquerda têm sido também alvo de estudo, principalmente depois da recessão económica e financeira de 2008, e no contexto dos países do Sul da Europa, as nações europeias mais afetadas pelo fenómeno, nomeadamente na Grécia, com o SYRIZA (Stavrakakis & Katsambekis, 2014) ou em Espanha, com o PODEMOS (Kioupkiolis, 2016).

O populismo apresenta-se assim como uma ideologia que atravessa todo o espectro político, e varia consoante o contexto espaço-temporal (Akkerman et al., 2014; Müller, 2016; Taggart, 2004). O seu princípio base é a oposição entre o “povo puro” e a “elite corrupta”, acusada de subverter a vontade geral da maioria. Ao nível da sua caracterização geral, os populistas pautam por ser anti-elitistas, antissistema, anti-corrupção e anti-pluralistas, sendo que a luta contra a imigração ou o crime, o carácter xenófobo e discriminatório são apenas características particulares e contextuais (Mudde & Kaltwasser, 2013), frequentemente colocadas em prática através dos discursos e da retórica dos seus atores.

II – Discurso Populista

Um dos elementos chave do populismo, e pertinente para a investigação que proponho realizar é o discurso populista, mais importante que a ideia ou caracterização do mesmo. É fulcral, desde logo, esclarecer que os atores políticos podem ter um estilo ou discurso populista, mas não serem eles próprios, populistas (Salvati, 2016). Baseado no conceito de “populismo de políticos” (ver Canovan, 1981), que define o populismo como um estilo, e não uma ideologia, Jagers e Walgrave definem-no como “um estilo de comunicação político, de atores políticos, orientado para o povo” (2007, p. 322). Tal como o populismo, a retórica populista não está afiliada a indivíduos, partidos ou ideologias, atravessando todo o espectro político, da direita à esquerda (Jagers & Walgrave, 2007).

No que concerne à extrema direita, além do discurso ser tipicamente antissistema e anti-elites, é por norma ornamentado com questões como a imigração, corrupção, criminalidade ou xenofobia, temáticas frequentemente incorporadas nos discursos populistas (Jagers & Walgrave, 2007; Lisi & Borghetto, 2019; Salgado, 2019). A mais recente vaga de populismo na Europa, da qual Portugal se vai demarcando, é um exemplo evidente disso. Líderes europeus de extrema direita, como Matteo Salvini em Itália, Marine Le Pen em França, Nigel Farage no Reino Unido ou até mais recentemente Santiago Abascal, em Espanha, aproveitam, por exemplo, a crise migratória que assola o velho continente desde 2015 para propagarem mensagens contra a imigração, acusando os migrantes de cometerem crimes ou terem mais e melhor acesso a subsídios e emprego do que os próprios nativos.

Tipicamente mais utilizado pelos atores de esquerda do espetro político (sobretudo em países latino-americanos), o discurso populista económico transmite mensagens simplistas, de adesão fácil e que agradam aos segmentos mais pobres da população (Hawkins, 2009). Populistas pertencentes à esquerda do espetro político apontam com frequência o seu discurso para os grandes grupos económicos, acusando-os de “explorar trabalhadores e consumidores para obter riqueza, muitas vezes colaborando com a elite política” (Bonikowsky & Gidron, 2016, p. 4).

Para além de não estar dependente de partidos ou ideologias, o discurso populista não se fixa no tempo nem no espaço, embora muitos autores reconheçam que em

contextos específicos, como graves crises económicas ou evidências de corrupção na arena política, a probabilidade de retórica populista surgir nos atores políticos é bastante mais elevada (Bonikowsky & Gidron, 2016; Bos & Brants, 2014; Hawkins, 2009; Knight, 1998).

Todos os assuntos referidos acima são utilizados pelos populistas para apelar às massas, frequentemente utilizando um discurso político altamente simplista, já que segundo os seus ideais, a política deve ser praticada pelo “povo simples”, devendo ser ela própria simples (Bischof & Senninger, 2018, p. 2; Taggart, 2000, p. 112). Esta simplicidade tem efeito emocional nas audiências (Salgado, 2017), pois muito para além de discutir os assuntos de forma séria e conhecedora, os populistas abordam as temáticas de maneira a que seja possível às massas compreenderem a retórica e aderirem à mesma de forma quase instantânea, ao mesmo tempo que se demarcam dos discursos típicos da elite contra a qual batalham pelo poder (Bischof & Senninger, 2018).

A perspetiva de Kirk Hawkins, que assume o populismo como discurso, atribui à “vontade geral” um enorme relevo, já que essa vontade representativa da maioria está em constante ameaça por parte da elite, sendo necessária alguma forma de “libertação ou revolução” para anular a subversão do interesse popular (Hawkins, 2009, p. 1044). O comportamento do ator populista é também tido em consideração por Hawkins, que considera peça nuclear nos discursos populistas a atitude “vale tudo”, observada por James W. McGuire no seu estudo sobre populismo na Argentina (1997): a visão dualista da incorporação do bem e do mal no povo e na elite, respetivamente, promove uma “declaração de guerra” da maioria contra a minoria, que sendo acusada de desvirtuar o bem comum, é deslegitimada pelos populistas, decorrendo daí frequentes faltas de respeito e inadequação dos discursos com a postura institucional, democrática e liberal que a comunicação política requer numa democracia liberal e representativa (Hawkins, 2009, p. 1044).

Facilmente se identificam características específicas do discurso populista: é um discurso crítico em relação às elites e ao sistema instalado; fomenta a divisão maniqueísta da sociedade, associando ao bem e ao mal uma forte carga de moralidade; surge potencialmente com mais frequência em períodos de crise económica; interliga com o discurso antissistema assuntos como a economia, imigração, corrupção, xenofobia ou

criminalidade, por norma assuntos fraturantes na sociedade, para transmitir a mensagem do orador; é altamente simplista, de forma a atrair o máximo de eleitorado possível; pode chegar a ser desrespeitoso para com opositores políticos e instituições democráticas.

Resta agora analisar o contexto político português, de forma a ser possível enquadrar o sistema e a organização do poder político, nomeadamente o poder executivo, distribuído entre dois cargos cimeiros na hierarquia do Estado: o cargo de Primeiro Ministro e o de Presidente da República, tendo este último um lugar de destaque na próxima secção.

III – Semipresidencialismo

Tendo em conta que procuro analisar a existência de elementos populistas contidos nos discursos dos Presidentes da República, é importante caracterizar o regime político vigente em Portugal desde 1976: o semipresidencialismo.

O conceito de semipresidencialismo foi introduzido à comunidade académica por Duverger, em 1970, apesar da temática só ter sido explorada em grande escala na sua obra de 1978 (Elgie, 1999). A conceptualização deste termo teve um processo de refinamento, quer por parte do seu autor, quer por autores que, de alguma forma, divergiam em parte do critério aplicado na classificação dos regimes de Duverger (ver Elgie, 1999). Em 1980, o autor propõe que, para ser considerado semipresidencialista, um regime político deve combinar três elementos:

“[...] 1) o Presidente da República é eleito por sufrágio universal; 2) o Presidente possui poderes consideráveis; 3) tem oposto a ele, porém, um Primeiro Ministro e ministros que possuem poderes executivo e governamental e que podem permanecer em funções apenas se o parlamento não se opuser a ele.” (Duverger, 1980).

Pelo facto desta proposta de Duverger ter recebido bastantes críticas (ver Elgie, 1999) sobretudo no que diz respeito ao ponto 2) da sua definição, esta foi simplificada, ficando assim semipresidencialismo definido como um sistema político em que um “Presidente é eleito diretamente para um mandato determinado e coexiste com um

Primeiro-Ministro e um Governo que são responsáveis perante um Parlamento” (Pinto et al., 2009, p. 147). Portugal faz assim parte do grupo de países com um regime semipresidencialista na Europa. Dentro destes regimes, é ainda possível dividi-los entre regimes *president-parliamentary* e regimes *premier-presidential*, de acordo com a distribuição do poder executivo entre o ramo presidencial e o ramo governamental. Ambas as variantes do semipresidencialismo estiveram em vigor em Portugal: entre 1976 e 1982, o regime semipresidencialista tinha um maior pendor presidencial (*president-parliamentary*), enquanto que depois da Revisão Constitucional de 1982, o regime passou a dar mais preponderância ao ramo executivo encabeçado pelo Primeiro Ministro e Governo.

A justificação para esta transição encontra-se na própria génese da Revolução de abril de 1974. O regime semipresidencialista fora acordado em 1976, com a assinatura do Segundo Pacto MFA-Partidos, que consagrava o apoio dos principais partidos políticos a um candidato presidencial militar proposto pelo Conselho da Revolução, também composto por militares (Pinto et al., 2009, p. 146). O primeiro presidente eleito por sufrágio universal em Portugal foi o General Ramalho Eanes, que acumulou desde logo as funções do cargo presidencial com as de Presidente do Conselho da Revolução, o que lhe permitiu abarcar um conjunto largo de poderes significativos: era o responsável pelas Forças Armadas Portuguesas, o principal garante do cumprimento da Constituição, detinha poder de veto sobre decretos de iniciativa governamental (inultrapassável), e de iniciativa parlamentar, sendo que no último caso poderia ser ultrapassado por uma maioria de 50% + 1 ou de dois terços dos deputados, consoante o tipo de legislação (Pinto et al., 2009, p. 149). Podia também declarar leis inconstitucionais, assim como nomear e retirar confiança ao Primeiro Ministro e ao Governo. Todos estes poderes presidenciais tornam o regime semipresidencialista português entre 1976 e 1982 num regime *president-parliamentary*.

Em 1982, uma ampla maioria parlamentar permitiu a primeira Revisão Constitucional em Portugal, com o principal objetivo de eliminar o Conselho da Revolução, e distribuir os seus poderes por outras instituições. A alteração que mais influencia o balanço de poderes entre o Presidente e o Primeiro Ministro é o facto do último passar apenas a ser politicamente responsável perante a Assembleia da República, tornando assim

quase impossível o Presidente da República demitir o Governo, excetuando se este colocar em causa o bom funcionamento das instituições democráticas (Lobo & Neto, 2009; Pinto et al., 2009, p. 150). Em paralelo, o sistema partidário português também se começaria a estabilizar e fortalecer, o que veio permitir aos partidos políticos formarem maiorias mais sólidas e assegurar a estabilidade governativa, impondo-se assim os sucessivos governos como principal força executiva em relação ao cargo presidencial. É possível concluir que os Presidentes da República se apresentam como figuras moderadoras e como garantes da Constituição Portuguesa no sistema político semipresidencialista *premier-presidential*. Nos dias de hoje, o Presidente da República é a principal figura de Estado em Portugal, é o líder supremo das Forças Armadas, tem o poder de vetar leis oriundas da Assembleia da República e do Governo, pedir a fiscalização das mesmas ao Tribunal Constitucional e pode dissolver o Parlamento (Neto & Lobo, 2009, p. 236; Santo & Figueiras, 2019, p. 1).

Para além dos poderes constitucionais que possuem, os Presidentes da República detêm ainda alguns poderes informais, que lhes permitem alguma influência extraordinária na arena política portuguesa, dominada pelo Primeiro Ministro e Governo no que aos poderes executivos concerne. A capacidade de colocar assuntos em discussão pública, seja através de discursos, declarações a órgãos de comunicação social ou mesmo pela discussão sobre determinada medida legislativa (Barroso & Bragança, 1988, pp. 309–311; Jalali, 2011, pp. 170–172; Pinto et al., 2009, p. 161) é um trunfo considerado importante para a afirmação política do Chefe de Estado português. Na subsecção que se segue, o poder informal de influenciar a agenda política será explanado e ilustrado no caso dos Presidentes da República portugueses.

O processo de influência da agenda política (*agenda setting power*) pode ser definido como “a capacidade de dar destaque a determinada decisão/ação política” (Peake & Eshbaugh-Soha, 2008, p. 113). Uma outra perspetiva assume o *agenda setting power* como “uma competição entre proponentes de assuntos com vista a ganhar atenção dos media, público e elites políticas” (Dearing & Rogers, 1996, pp. 1–2). Este poder informal possuído pelos Presidentes da República toma várias formas: através das suas intervenções públicas, discursos ao país ou mesmo como consequência do uso dos poderes formais (Franco, 2017, p. 9; Jalali, 2011, p. 171). Esta influência exercida sobre assuntos de interesse

para a agenda presidencial depende, entre outros tantos fatores, da maioria vigente na Assembleia da República, que pode beneficiar ou prejudicar a agenda presidencial e dos índices de popularidade presidenciais, que podem também sofrer alterações, consoante o assunto que o Presidente coloca em discussão na arena pública (Fernandes & Jalali, 2017, p. 124). Apesar de não consagrado na Constituição, este trunfo presidencial pode inclusivamente influenciar a própria relação entre o Presidente e o Governo, como ocorreu em 1992 entre Mário Soares e Cavaco Silva, em que o Primeiro Ministro acusou, embora indiretamente, o Presidente da República de ser “a força de bloqueio ao governo”, e que não permitiria a transformação “de uma magistratura de influência numa magistratura de interferência” (Cruz, 1994, p. 260).

As “Presidências abertas” iniciadas por Soares tornaram-se um dos principais veículos do poder de influência das agendas presidenciais. Esta iniciativa consiste “na permanência do Presidente da República em dada região do país durante um período considerável de tempo, o que mobilizaria a atenção mediática e permitiria enquadrar a agenda política do país” (Neto & Lobo, 2009, p. 249). Soares, que durante praticamente todo o seu mandato coabitou com governos do Partido Social Democrata, aplicou este poder de forma algo conflituosa, utilizando a mediatização de assuntos para condicionar a ação governativa em determinadas regiões, ao passo que os seus dois sucessores, Sampaio e Cavaco Silva, a utilizaram para consciencializar os executivos para problemas sociais, de saúde e educação (Neto & Lobo, 2009, pp. 249–250).

As funções e o poder presidenciais não se esgotam com a Constituição da República. Para além dos poderes formais por ela consagrados ao Presidente, como a nomeação do Primeiro Ministro e Governo, envio de leis para verificação constitucional, o poder de veto ou de dissolução do Parlamento, os Presidentes conseguem afirmar-se politicamente através da mediatização de assuntos do seu interesse na esfera pública, seja através das “Presidências Abertas”, seja através de mensagens ou discursos proferidos ao país, nos quais procura introduzir ou fortalecer as suas posições.

3 - Complemento da análise de populismo nos discursos: questões de investigação e hipótese

O grande objetivo proposto nesta dissertação é avaliar os discursos presidenciais quanto à utilização de elementos de retórica populista. Dadas as características do cargo presidencial, bem como a relação que forçosamente tem com o outro ramo do poder executivo em Portugal, o Primeiro Ministro e o Governo, será interessante, depois de apurados os resultados, observar e comparar as pontuações dos discursos com o contexto político e institucional em que são proferidos.

Foram introduzidas, assim, quatro variáveis para complementar a análise dos discursos: primeiro, o mandato presidencial; em segundo lugar, a relação entre o Presidente da República e o Governo em funções no que ao apoio partidário concerne; em terceiro, o tipo de governo em funções face aos resultados eleitorais; e por fim, a situação económica do país. Estas variáveis serão traduzidas em três questões de investigação secundárias e numa hipótese. Tal acontece devido ao facto de não existir literatura robusta o suficiente para relacionar o grau de populismo nos discursos com o mandato, tipo de governo e relação entre os mandatos presidencial e governativo, ao ponto de poderem ser desenvolvidas hipóteses. As questões e hipótese formuladas serão apresentadas ao longo da seguinte secção.

I - Mandato Presidencial

O cargo de Presidente da República num regime semipresidencialista não é, como já visto, meramente decorativo (Jalali, 2011; Lobo & Neto, 2009). O Chefe de Estado tem o mandato mais longo da política nacional, de cinco anos, renovável por uma vez apenas. No período em estudo, todos os candidatos incumbentes na eleição presidencial concorreram e ganharam a corrida a um segundo mandato, não havendo qualquer exceção a esta regra.

O intervencionismo presidencial em Portugal, frequentemente traduzido pelo número de vetos ou de leis enviadas para revisão de constitucionalidade, é consensualmente mais expressivo no segundo mandato do que no primeiro (Feijó, 2020; Fernandes & Jalali, 2017, p. 123; Jalali, 2011, p. 172; Rapaz, 2018, p. 205), com a exceção do segundo mandato de Cavaco Silva, que devido à situação de intervenção externa pela

qual o país passava, bem como a relação de congruência com o mandato governativo da coligação PSD/CDS, se manteve mais contido (Freire & Santana-Pereira, 2018, pp. 231–232). Tal fenómeno é explicado pelo facto de os presidentes procurarem um primeiro mandato de congregação das instituições e de estabilidade, sem entrarem em confronto político com o Primeiro Ministro, com o objetivo último de serem reeleitos. O aumento da atividade presidencial, através do uso mais frequente de poderes formais, traduz-se num maior grau de intervenção presidencial nas decisões legislativas originárias na Assembleia da República.

Assumindo esse maior ativismo presidencial formal, não será de excluir a possibilidade de o poder de agendamento do Chefe de Estado ser também mais frequentemente testemunhado, através das suas intervenções nos media ou dos seus discursos. Será assim verificado se, tal como acontece com os poderes de veto ou fiscalização constitucional das leis, também a forma das intervenções públicas do Presidente da República sofrem alguma alteração, nomeadamente se é testemunhável algum tipo de retórica populista.

QI 1 - Os discursos apresentam maior grau de populismo no segundo mandato presidencial?

II - Congruência com o Mandato Governativo

Foi com a Revisão Constitucional de 1982, em que a figura do Presidente da República perdeu alguns poderes em detrimento dos executivos, que Portugal consolidou o seu regime democrático, mantendo o seu regime semipresidencialista. Este regime vigora quando existem em simultâneo um Presidente eleito popularmente para um mandato fixo e um Primeiro Ministro e Governo, responsáveis perante uma Assembleia (Elgie & McMenamin, 2011; Pinto et al., 2009).

Sendo que este tipo de regime promove uma partilha dos poderes executivos entre dois atores da arena política, o fenómeno da coabitação política entre ramos de poder é frequentemente testemunhado. Elgie e McMenamin definem coabitação como a situação em que “um Presidente pertencente a um partido detém poder ao mesmo tempo que um

Primeiro Ministro de um partido oposto, em que o partido do Presidente não está representado no Governo” (2011, p. 616).

Em Portugal, e desde 1986, existiram quatro períodos de coabitação, que envolveram todos os Presidentes da República analisados nesta dissertação: Mário Soares (PS) na Presidência e Aníbal Cavaco Silva (PSD) no Governo, entre 1986 e 1995; Jorge Sampaio (PS) na Presidência e os Governos social-democratas liderados por Durão Barroso (2002-2004) e Pedro Santana Lopes (2004-2005); o Presidente Cavaco Silva (PSD) coabitou com os governos de José Sócrates, do Partido Socialista, entre 2006 e 2011; e, por fim, Marcelo Rebelo de Sousa, do PSD, só conheceu períodos de coabitação desde a sua eleição, em 2016, nomeadamente com os executivos socialistas encabeçados por António Costa.

Os períodos de coabitação em Portugal oscilaram entre a coexistência pacífica e o conflito político (Frain, 1995). Considerando de novo o poder de veto como referência, este foi mais vezes aplicado pelos Presidentes em coabitação: juntando leis e decretos-lei, Mário Soares vetou um total de 37 vezes durante os seus dois mandatos em coabitação com Cavaco Silva; Jorge Sampaio, no período de congruência com o governo de Guterres, coincidente com o seu primeiro mandato, vetou 12 vezes, ao passo que em coabitação com os governos de Barroso e Santana, recorreu ao veto em 63 ocasiões; já Cavaco Silva segue a tendência do seu antecessor, vetando 15 leis/decretos-lei enquanto José Sócrates era Primeiro Ministro e dez vezes durante o governo de Pedro Passos Coelho (Fernandes & Jalali, 2017, p. 124).

Tendo em consideração que ambos os ramos executivos partilham responsabilidades no que concerne à decisão política, pertencendo a partidos opostos, com apoios e eleitorados distintos, e que a ocorrência de situações de coabitação é um fenómeno frequente no período estudado nesta dissertação, será interessante perceber se, tal como através do uso do poder de veto a fim de se afirmar politicamente, e assente na sua legitimidade popular para desempenhar o cargo, o Presidente da República recorrerá elementos de retórica populista para sobrepor a sua agenda à da sua contraparte, o governo e Primeiro Ministro.

Q1 2 - Os discursos apresentam maior grau de populismo quando há coabitação entre o Presidente e o Primeiro Ministro?

III - Tipo de Governo

Para além da cor partidária do executivo, a sua composição também é importante para o balanço de poder entre o Primeiro Ministro e o Presidente da República. Desde 1986, Portugal teve governos minoritários e majoritários de um partido apenas (por exemplo, governos liderados pelo PSD de Cavaco Silva), coligações majoritárias (coligação Portugal à Frente, entre PSD e CDS-PP, entre 2011 e 2015), governos quase-majoritários (PS, chefiado por António Guterres) e governos minoritários, sustentados com acordos pontuais, como a tão conhecida Geringonça, executivo originário de uma minoria de deputados eleitos à Assembleia da República do Partido Socialista, apoiados pelos deputados do Bloco de Esquerda (BE), do Partido Comunista Português (PCP) e do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), em 2015, sendo que alguns dos quais operaram durante períodos de coabitação (Neto & Lobo, 2009). Os poderes presidenciais formais, como o poder de veto ou a dissolução da Assembleia da República foram utilizados ao longo dos anos, refletindo a importância deste ator político no funcionamento do regime.

A influência do poder presidencial varia consoante os executivos em funções. Quando o executivo formado de acordo com os resultados das eleições legislativas é de cariz majoritário, a influência do Presidente da República é menor, já que, por exemplo, caso um decreto-lei seja vetado pelo Presidente da República, na reapreciação feita na Assembleia, uma maioria parlamentar facilmente o ultrapassa (Neto & Lobo, 2009). Isso não implica, porém, uma redução da sua atividade política, já que apesar da possibilidade de ditos vetos reverterem as leis e decretos propostos pela Assembleia e pelo Governo ser bastante mais reduzida, o número de vezes em que o Presidente Soares vetou propostas legislativas foi quatro vezes superior enquanto Cavaco Silva governava o país com uma maioria parlamentar (Fernandes & Jalali, 2017, p. 124).

Aquando do período de coabitação entre o presidente Mário Soares, a desempenhar o seu primeiro mandato presidencial, e o Primeiro Ministro Cavaco Silva, líder de um governo minoritário, Soares prometera “manter-se solidário com o parlamento

e com o governo” (Cruz, 1994, p. 259). Porém, Mário Soares mostrou uma postura mais conflituosa no seu segundo mandato face ao governo agora maioritário de Cavaco Silva, chegando até a denunciar “falta de pluralismo e isenção” da comunicação social tutelada pelo Estado e a “manipulação dos telejornais” (1994, p. 259), tendo o Primeiro Ministro social democrata acusado indiretamente o Chefe de Estado de ser “uma força de bloqueio” em relação ao governo (Cruz, 1994, p. 260; Jalali, 2011, p. 169). Todas estas dinâmicas abrem espaço para averiguar se é possível serem evidenciados níveis de populismo na retórica dos discursos, nomeadamente durante períodos de um maior desequilíbrio entre o poder presidencial e o governativo, em que se observa uma maior conflitualidade entre os dois ramos executivos.

QI 3 - Os discursos apresentam maior grau de populismo quando o governo é maioritário?

IV - Desempenho Económico

O contexto de crise económica é um promotor ativo do populismo, dinâmica testemunhada no continente latino-americano durante todo o século XX (Knight, 1998). Para além dos fortes constrangimentos económicos sentidos pelas sociedades em períodos de recessão, a desconfiança nas instituições políticas e representativas por parte dos eleitores abre caminho ao surgimento de partidos ou indivíduos populistas prontos a capitalizar nessa desconfiança (Lisi et al., 2019, pp. 1287–1288).

Uma das razões para o ressurgimento do populismo na Europa, no final do século XX, foi de facto o desempenho da economia (Salgado, 2019; Salgado & Stavrakakis, 2019; Vittori, 2016). Em conjunto com a crise de refugiados e a formação e integração dos estados de leste na União Europeia e a posterior crise económica e financeira de 2008 fez com que o populismo ganhasse uma nova força no continente europeu. No caso dos países do sul da Europa, partidos portugueses como o Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português, ou estrangeiros, como o SYRIZA, na Grécia, ou o PODEMOS, em Espanha, personificaram o povo em si e nos seus discursos anti austeridade, atacando o modelo de recuperação económica promovido pelas instituições financeiras internacionais, vistos

como a elite económica (Salgado & Stavrakakis, 2019), apesar da tendência dos partidos de esquerda portugueses terem “suavizado” os seus discursos de hostilidade face aos partidos do sistema e instituições internacionais depois da intervenção externa aplicada a Portugal (Lisi & Borghetto, 2019, p. 16).

A tão conhecida *Troika*, composta pelo Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia, impôs medidas duríssimas de austeridade a Portugal, em consequência da recessão de 2008. Um resgate de 78 mil milhões de euros teve custos socioeconómicos elevados para a sociedade portuguesa, refletidos no empobrecimento da população, no desemprego, na qualidade do emprego e na desigualdade, situação de enorme propensão ao surgimento de movimentos ou atores políticos populistas.

A mais recente onda europeia de populismo coincidiu com o período de recessão de 2008, que terminou em Portugal com a saída do país do Memorando de Entendimento assinado pelo Estado e pela Troika. Seguindo todas as evidências da literatura, será estudada a presença de conteúdo populista nos discursos presidenciais em contexto de recessão, operacionalizado pela intervenção financeira externa na economia nacional.

H1 – Os discursos apresentam maior grau de populismo em períodos de intervenção financeira externa.

Com este capítulo pretendeu-se, através da literatura existente, procurar examinar a influência que as variáveis apresentadas poderão ter sobre a presença de elementos populistas nos discursos presidenciais portugueses. As variáveis são de natureza distinta: em primeiro lugar, o mandato presidencial urge a averiguar se são testemunhadas diferenças na atitude e na retórica política do Presidente da República em dois momentos tão distintos no desempenho do cargo; a relação entre o executivo e o Chefe de Estado ao nível de congruência dos mandatos e a constituição do Governo procuram analisar se as diferentes dinâmicas estabelecidas entre os dois ramos executivos demonstram resultados distintos, consoante a combinação Presidente-Governo em vigor; por fim, a quarta e última variável remete a análise para a questão do desempenho económico, contexto propício ao

crescimento de movimentos populistas, mais especificamente o período de intervenção financeira externa em Portugal.

A escolha das quatro variáveis acima referidas tem também duas grandes limitações: a primeira limitação vai de encontro à última variável apresentada, já que apenas o Presidente Cavaco Silva desempenhou o cargo durante uma intervenção financeira externa, sendo impossível retirar qualquer conclusão em relação às restantes presidências; a segunda relaciona-se com a presidência do atual Chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa, social democrata, que tendo apenas cumprido um mandato, e sempre em coabitação com governos minoritários do Partido Socialista, torna impossível a realização da análise relativamente às variáveis, sendo porém os seus discursos analisados, de forma a responder à principal questão de investigação proposta neste trabalho.

No capítulo seguinte será apresentado o projeto *Global Populism Database*, projeto que foi replicado e aplicado ao contexto português nesta dissertação. Os objetivos do projeto, o processo de obtenção de dados e uma segunda análise realizada no seu âmbito também serão explanados.

4 - Metodologia

A presente dissertação replica a metodologia utilizada por Hawkins (e posteriormente pelo grupo *Team Populism*), em que é examinado o nível de populismo nos discursos da elite política, em mais de 40 países, focando-se especialmente no continente sul americano (Hawkins, 2009). Mais tarde, viria a inspirar o projeto *Global Populism Database*, que empregando o mesmo método, expandiu a análise para 66 países de todo o mundo, lista da qual Portugal é caso omissis, apresentando-se desde logo uma oportunidade para suprir esta lacuna.

Esta dissertação ambiciona avaliar se, desde 1986, os presidentes recorrem a elementos de retórica populista nos seus discursos oficiais. A literatura comprova que não há um método único e superior para analisar populismo, nomeadamente populismo como discurso. Recorre-se a uma análise quantitativa quando se trata de uma amostra de grande dimensão, na qual os investigadores transformam um conjunto observações em dados estatísticos, que posteriormente são analisados e dos quais se retiram conclusões, que originam a produção de novos estudos para as complementar ou refutar (Stępińska et al., 2017). Na literatura, uma parte considerável dos artigos e estudos que procuram medir populismo emprega análises quantitativas (Pauwels, 2011; Popping, 2018), apesar de também serem testemunhados modelos híbridos, que combinam instrumentos ou métodos de análise qualitativa (Aslanidis, 2018; Bobba & McDonnell, 2016).

De entre as análises de conteúdo, Aslanidis (2018) destaca três grandes tipos: análise de conteúdo computadorizada baseada em dicionário, análise temática textual e análise holística, grupo na qual se inclui a presente dissertação. A primeira consiste na formulação de um dicionário com termos e expressões tipicamente populistas, que no caso de Pauwels e Rooduijn (2011), se baseiam nas dimensões “centrismo do povo” e “anti-elitismo”. Através deste processo, é possível aferir a quantidade de elementos previamente definidos no dicionário presentes em determinado discurso (Grimmer & Stewart, 2013). A unidade de análise é a mais pequena dos três procedimentos: palavras/expressões. A grande vantagem deste método de análise é a garantia de fiabilidade, que sendo resultante de processos automáticos, será sempre superior à codificação humana (Aslanidis, 2018). Porém, a validade do método dependerá da qualidade do dicionário, que depende por sua

vez de fatores humanos, o que implica uma variação nos resultados de acordo com os dicionários criados, não favorecendo a sistematização e validade das conclusões desses mesmos estudos (Aslanidis, 2018).

A análise temática textual procura aplicar códigos pré desenvolvidos a segmentos da unidade de análise, por norma parágrafos (ver Rooduijn & Pauwels, 2011 e Jagers & Walgrave, 2007), sendo para tal necessário existirem “definições precisas, procedimentos explícitos e formação apropriada dos codificadores de forma a atingirem conclusões fiáveis, válidas e replicáveis” (Aslanidis, 2018, p. 9). A não existência de standardização do tamanho e conteúdo dos parágrafos dos vários discursos analisados apresenta-se como uma limitação, como salienta Aslanidis, pois um parágrafo pouco populista pode receber a mesma classificação de um parágrafo populista que tenha mais conteúdo em comparação (2018).

A análise holística, adotada na presente dissertação, tem origem na Psicologia Educacional, sendo comumente aplicada em avaliações dos alunos por parte de professores (Hawkins, 2009, p. 1049; Jönsson & Balan, 2019). Consiste na análise qualitativa de corpos de texto na sua generalidade, não os dividindo em frases ou parágrafos, como nos métodos referidos anteriormente. Para aplicar este tipo de análise, é necessária a existência de um guia que permita avaliar os aspetos de determinado texto relativamente ao assunto analisado, e que possibilite, dentro de uma escala, avaliá-lo com uma pontuação única. Aplicado às ciências sociais, requer a formação de codificadores que, com a ajuda do guia e de textos-base (*anchor texts*) correspondentes aos vários níveis de pontuação possível, classificam os textos, sendo a fiabilidade da análise calculada através do valor Alpha de *Krippendorff*¹, que correlaciona a codificação de dois ou mais codificadores (Hawkins, 2009). Segundo Kirk Hawkins, a grande vantagem de uma análise holística face às restantes assenta na observação dos discursos como um todo, e não recorrendo a palavras/parágrafos como unidade de análise, considerando a importância de “ideias, tom e estilo”, que ao serem analisados sistematicamente, formam “padrões de significado” (2009, p. 1049). No âmbito do seu estudo *Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective* (e mais tarde no projeto *GPD*), Hawkins

¹ Alpha de Krippendorff é um coeficiente utilizado para determinar a fiabilidade entre codificadores.

advoga que para tratar uma amostra da dimensão da sua (155 discursos no estudo de Hawkins, 1113 no estudo *GPD*) e com as suas características (estendida ao longo do tempo, em vários países, em múltiplos idiomas), a análise holística apresenta-se como o melhor método, já que não é necessária preparação dos discursos no que diz respeito ao idioma, por exemplo, poupando recursos e tempo (2009). Mesmo considerando que a presente dissertação não envolve comparações entre países e respetivos líderes, por se focar apenas em Portugal num período de 34 anos (1986-2020), é possível retirar conclusões sobre os sucessivos Chefes de Estado dentro do mesmo país empregando este método (Norris, 2020).

Apesar de tudo, este método de análise tem também algumas desvantagens. A análise holística de Hawkins não contempla a possibilidade de contabilização de assuntos específicos, já que o corpo de texto é analisado de forma global (Aslanidis, 2018), tornando a análise pouco detalhada no que concerne ao populismo. Outra grande crítica deste método é feita por Norris (2020), que reflete na ausência de testes independentes que verifiquem os resultados e as conclusões do *GPD* até à data.

Considerando a amostra definida, empregar a análise holística é vantajoso no que respeita ao tempo e recursos consumidos, já que apenas é necessário realizar a formação a partir dos *anchor texts* e do codebook fornecido pelos autores. Ao aplicar a análise holística, será obtida, para cada discurso de uma forma global, uma pontuação correspondente ao grau de populismo empregue, cujo procedimento será explanado nas secções seguintes.

De forma a complementar este projeto, como anteriormente referido, será aplicada também uma análise temática de conteúdo, na qual serão elencados os vários assuntos abordados pelos presidentes nos seus discursos. A finalidade desta análise é no fundo tornar possível corresponder segmentos de texto, nos quais é notória a presença de elementos populistas, a determinados temas, como a economia, segurança, política externa ou saúde, averiguando também a existência de algum padrão em determinado presidente ou até mesmo entre os quatro presidentes que protagonizam esta dissertação.

I - Objetivos do projeto

Como já frisado anteriormente, o principal objetivo do projeto é avaliar a existência de elementos ou ideias populistas nos discursos políticos de Presidentes da República portugueses. A pertinência deste projeto é clara, já que, apesar de existirem alguns estudos sobre o populismo em Portugal (Duarte et al., 2019; Lisi & Borghetto, 2019; Santo & Figueiras, 2019; Serrano, 2020), não há ainda um estudo sistemático sobre o fenómeno populista que incida sobre a posição de Chefe de Estado que, no caso português, corresponde ao cargo de Presidente da República. Também a existência de debates mediáticos em torno de alguns Chefes de Estado, nos quais são claras algumas insinuações de populismo feitas por parte de atores políticos e académicos faz com que esta dissertação se torne um contributo para tentar desmistificar essa questão.

II - O Projeto Global Populism Database

A análise será feita dentro dos parâmetros definidos pelo *Global Populism Database*, um projeto do grupo *Team Populism*, que une investigadores e académicos de todo o mundo e que procura estudar o nível de populismo em forma de discurso de vários chefes de Estado e governo de mais de 60 países entre os anos 2000 e 2018 (Hawkins et al., 2019).

O projeto é baseado no trabalho de Kirk Hawkins intitulado *Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective*, em que o autor, através de uma análise holística, ambiciona medir e avaliar os níveis de populismo dos discursos do ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez, bem como os de líderes de outros 40 países (2009). Este método de análise pauta-se pela existência de codificadores que se familiarizam com um *codebook* desenvolvido, avaliando discursos como um todo, ao invés de recorrer a frases ou parágrafos como unidade de análise, como é feito em grande parte dos estudos de conteúdo textual. A necessidade de recorrer a esta análise por parte dos membros do grupo *Team Populism* prende-se, sobretudo, com o facto da análise incidir sobre “um grande número de discursos, originários de vários países e em várias línguas”, prestando

atenção a elementos como “o tom, temas ou ideias”, através da análise feita aos discursos por inteiro (Hawkins, 2009, p. 1049).

O projeto conta com a participação de codificadores que, por norma em pares, analisam o mesmo discurso, pontuando-o numa escala contínua de 0 a 2, podendo ser utilizada uma casa decimal. No entanto, e como no caso desta dissertação, também no projeto são realizadas análises por parte de um codificador apenas. Os codificadores participam numa formação em que analisam as intervenções, comparando-as com um conjunto de textos predefinidos (*anchor-texts*), que incluem discursos de Evo Morales, Tony Blair, George W. Bush ou Robert Mugabe. É posteriormente calculada a média das pontuações atribuídas a um discurso por cada um dos codificadores, sendo também aplicado o teste Alpha de *Krippendorff*, que relaciona a frequência com que as pontuações são equivalentes. Do teste resulta um valor compreendido entre 0 e 1, em que 1 representa concordância plena entre os dois resultados (Lewis et al., 2019). O valor Alpha de *Krippendorff* do *Global Populism Database* equivale a 0,82, um nível de concordância bastante elevado e fiável.

Tal como com os codificadores, foram examinados todos os discursos disponíveis na formação (sete, no total), bem como outros 13 de líderes dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Índia, Irão e Irlanda. Porém, e tendo em conta os discursos presidenciais foram escritos em língua portuguesa, em adição, foram examinados dezoito discursos proferidos por presidentes brasileiros, pertencentes a Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Nestas duas últimas duas rondas de análise, o valor alpha de *Krippendorff's* da minha análise corresponde a 0,95, superior à média do projeto. Contabilizando todos os discursos examinados (total de 38), o valor desce para 0,78, permanecendo no entanto relativamente alto e fiável.

Como já mencionado, aos discursos é atribuída uma pontuação compreendida entre 0 e 2, sendo que os codificadores podem utilizar uma casa decimal, pois apesar de dois discursos poderem ser considerados “algo populistas”, podem diferir na intensidade com que os interlocutores empregam a retórica populista, permitindo dessa forma classificação mais detalhada. O projeto *GPD* utiliza os seguintes critérios de avaliação de um discurso:

2 – (populista) Um discurso nesta categoria é extremamente populista e fica bastante próximo do discurso populista ideal. Especificamente, o discurso expressa todos ou quase todos os elementos do discurso populista ideal, e tem poucos elementos que fossem considerados não-populista.

1 (algo populista) – Um discurso nesta categoria inclui elementos fortes e claramente populistas, apesar de não os usar consistentemente ou suavizá-los, usando elementos não populistas. Assim, o discurso pode ter uma noção romântica do povo e da ideia de uma vontade geral unificada, mas evita linguagem bélica ou referências de proporções cósmicas ou de algum inimigo particular.

0 (não-populista) – Um discurso nesta categoria usa poucos, senão mesmo nenhuns elementos populistas. De notar que mesmo se um manifesto expresse uma visão maniqueísta do mundo, não é considerado populista se faltar alguma noção de vontade geral ^(a).

(a) Versão traduzida retirada do *codebook Global Populism Database*.

Exemplificando, um discurso cuja pontuação equivalha a 0,4 é considerado “não-populista”; se a pontuação for 0,6 ou 1,3, passará a ser considerado um discurso “algo populista”; se a classificação do discurso se compreender num valor entre 1,5 e 2, é considerado como “populista”.

No projeto *GPD*, são analisados quatro tipos de discurso: discursos de campanha (anúncio de candidatura ou encerramento de campanha), discursos de inauguração (comemoração de um evento), discursos internacionais (realizado perante uma audiência estrangeira ou fora do país de origem) e discursos famosos, ou seja, discursos “referência” que representam o líder no seu melhor plano (Hawkins et al., 2019). Nesta dissertação, os discursos englobam-se na segunda e terceira categorias, podendo, no entanto, alguns discursos ser considerados “famosos”, apresentando-se desde já como uma limitação do meu projeto.

III – A medição do populismo nos discursos

Tratando-se de uma replicação, foi adotada a operacionalização de populismo para a classificação dos discursos elaborada por Kirk Hawkins (2009). Este escolhe abordar o

conceito de populismo discursivo, efetuando uma análise holística dos discursos, isto é, interpretando e formulando um julgamento do discurso como um todo. O autor desenvolve, complementarmente, uma ferramenta de medição quantitativa dos discursos, combinando a interpretação dos codificadores com um *codebook* pré-definido.

Kirk Hawkins aborda o populismo segundo a definição proposta por Mudde, que considera o populismo uma “ideologia de baixa densidade” (2004), assumindo a existência de dois grupos antagónicos, o “povo puro” que incorpora o bem comum, que representa uma vontade geral e a “elite corrupta”, que através do seu poder político ou económico procura desvirtuar o povo e a vontade geral que este representa (Hawkins, 2009). O povo é considerado homogéneo e maioritário, originário do poder político, olhando para a elite como uma minoria agressora a este seu direito inalienável. Atribui à maioria dos assuntos uma dimensão moral e proporções cósmicas e exageradas, o que provoca grande adesão na audiência e promove uma escolha obrigatória entre um lado ou outro de uma contenda, não permitindo um meio termo.

Hawkins afirma que em alguns casos, o discurso populista pode representar uma resposta legítima e democrática à crença da elite de que o povo não tem o direito nem a capacidade de se governar numa sociedade (elitismo). Porém, num contexto pluralista, num sociedade heterogénea, em que não exista uma clara distinção entre o povo e a elite, tais discursos podem facilmente “levar um estado democrático a um regime totalitário, aliados ao carisma de indivíduos que veem em si refletida a ‘vontade popular’” (Hawkins, 2009, p. 1046).

O binómio discurso populista-pluralista foi escolhido por Kirk Hawkins para analisar e classificar os discursos selecionados, bem como para elaborar o *codebook*, a partir do qual essas classificações serão atribuídas. O *codebook* é composto por seis dimensões populistas e pelas suas contrapartes pluralistas, apresentadas na Tabela 1 e explanadas de seguida: começando pelo populismo, a primeira dimensão é referente ao carácter moral e dualista da sociedade, a qual os populistas dividem entre o lado “bom” e o lado “mau”; a segunda dimensão enfatiza a moralidade dos assuntos e as “proporções cósmicas” com que os discursistas os apresentam; em terceiro lugar, o “bem” corporizado pela vontade da maioria promove uma romantização do povo comum, representado apenas pelo ator

populista; a quarta dimensão engloba a corporização do “mal”, por norma uma minoria que pode ser composta por diversos grupos, desde étnicos a económicos, passando pela própria elite política; a quinta dimensão remete para a acusação feita a essa minoria, que ao encontrar-se em lugares de poder, subverteu a vontade da maioria, sendo possível e aceitável testemunhar apelos a uma “libertação ou revolução” por parte do “povo puro”; por fim, a sexta dimensão enfatiza que a existência desta minoria imoral poderá justificar uma atitude “vale tudo” para a retirar do poder, tomando os discursos uma linguagem agressiva e desrespeitosa para com os oponentes políticos. Em contraste, o discurso pluralista “proposto” por Hawkins é aquele que não remete os temas abordados para um campo de moralidade, assumindo as várias diferenças de opinião como naturais num regime democrático; enquadra os assuntos na realidade material, no tempo e no espaço, não recorrendo a qualquer tipo de proporções cósmicas; assume a “vontade da maioria” como algo mutável e não uma fatalidade atingível através de eleições; não visará qualquer grupo minoritário nem o considerará como “maléfico”; não advoga a necessidade abrupta de rutura do sistema, considerando natural que existam assuntos em que haja discussão ou discordância; o discurso pauta-se por ser respeitoso das instituições e opositores, não fazendo qualquer referência a mecanismos que possam ferir o Estado de Direito.

Tabela 1. *Codebook Global Populism Database* (tradução própria).

Populismo	Pluralismo
<p>1 - Transmite uma visão Maniqueísta do mundo, isto é, uma que é moral (todos os assuntos têm uma forte dimensão moral) e dualista (tudo está numa categoria ou noutra, “certo” ou “errado”, “bom” ou “mau”). A implicação – ou até mesmo a ideia que é afirmada – não se pode ficar sem tomar posição para um lado ou para o outro, ou é preto ou branco. Isto conduz ao uso de linguagem altamente carregada e até mesmo belicosa.</p>	<p>O discurso não enquadra os temas em termos morais nem os considera ou preto ou branco. Ao invés, há uma tendência forte em concentrar-se em assuntos específicos e delimitados. O discurso irá enfatizar, ou pelo menos não eliminará a possibilidade de diferenças de opinião, justificáveis e naturais.</p>

<p>2 – A significância moral dos temas mencionados no discurso é acentuada pela atribuição de proporções cósmicas, isto é, ao afirmarem que estes afetam as pessoas em todo o lado (possivelmente, mas não necessariamente, em todo o mundo) e ao longo do tempo. No que concerne a este último aspeto, podem ser feitas referências a uma noção reificada de “história”. Ao mesmo tempo, o orador justifica a significância moral das suas ideias, associando-as a líderes nacionais e religiosos que são em geral reverenciados.</p>	<p>O discurso provavelmente não fará referência a qualquer noção reificada da história ou usar quaisquer proporções cósmicas. Referências às consequências espaciotemporais dos temas serão limitadas à realidade material em vez de quaisquer conexões místicas.</p>
<p>3 - Apesar de ser Maniqueísta, o discurso permanece democrático, no sentido em que o “bem” é corporizado na vontade da maioria, que é vista como um todo unificado, talvez, mas não necessariamente expresso em referências à “vontade do povo”; no entanto, o orador assume um essencialismo imutável a essa vontade, ao invés de assumir que esta é o que 50 por cento do povo quer a cada momento específico. Assim, esta “maioria boa” é romantizada, com alguma noção do homem comum (urbano ou rural) visto como a corporização do ideal nacional.</p>	<p>A democracia é simplesmente o cálculo de votos. Isto deve ser respeitado e é visto como o alicerce de um governo legítimo, mas não é visto como sendo um exercício para atingir a “vontade” pré-existente e cognoscível. A maioria altera-se e muda em relação aos temas. O homem comum não é romantizado, e a noção de cidadania é abrangente e legalista.</p>
<p>4 - O “mal” é transposto para uma minoria, cuja identidade específica varia de acordo com o contexto. Ao nível doméstico, na América Latina é muitas vezes constituída por uma elite económica, talvez a “oligarquia”, mas também pode ser uma elite racial; internacionalmente, podem ser os Estados Unidos ou as nações capitalistas e industrializadas, ou os financiadores internacionais, ou simplesmente uma ideologia como o neoliberalismo ou o capitalismo.</p>	<p>O discurso evita um tom conspirativo e não aponta nenhuma minoria maléfica no poder. Evita colocar rótulos como “mau” nos oponentes e pode até nem os mencionar num esforço para manter um tom positivo e amenizar as paixões.</p>
<p>5 - Crucialmente, a minoria “maléfica” está ou esteve recentemente no poder, tendo subvertido o sistema em prol dos seus próprios interesses, contra os interesses da maioria boa</p>	<p>O discurso não argumenta por uma mudança sistémica, mas, como mencionado acima, concentra-se em temas particulares.</p>

<p>ou do povo. Assim, foi/é necessária uma mudança sistémica, frequentemente expressa em termos como “revolução” ou “libertação” do povo da sua imiserção e cativo, mesmo que tecnicamente a mudança venha através de eleições.</p>	<p>Nas palavras de Laclau, é uma política de “diferenças” e não uma de “hegemonia”.</p>
<p>6 - Devido à baixa moral da minoria ameaçadora, meios não democráticos podem ser abertamente justificados, ou, pelo menos, o uso de meios democráticos pela minoria será visto como uma concessão generosa do povo; o discurso em si pode exagerar ou manipular dados para demonstrar este ponto, e a linguagem apresentará uma belicosidade que é incendiária e condescendente em relação à oposição sem o decoro que se mostra a um oponente digno.</p>	<p>Os direitos e liberdades formais são abertamente respeitados, e a oposição é tratada com cortesia e como um ator político legítimo. O discurso não encoraja nem justifica ações violentas e ilegais. Haverá grande respeito pelas instituições e pelo Estado de Direito. Se os dados forem manipulados, trata-se de um erro inocente ou de uma violação embaraçosa dos padrões democráticos.</p>

Os critérios apresentados acima serão aplicados nos discursos como um todo, sendo estes classificados como “nada populistas” (0 – 0,4), “algo populistas” (0,5 – 1,4) e “muito populistas” (1,5 – 2) (Hawkins et al., 2019).

IV - Análise Temática dos Discursos

De maneira a complementar a análise descrita anteriormente, foi também realizada uma análise temática dos discursos presidenciais. Com isto pretende-se obter uma segunda análise dos discursos, da qual resultará o cruzamento dos assuntos abordados pelos presidentes com os eventuais casos de conteúdo populista observados. Permite também fazer uma hierarquização da frequência com que os presidentes abordam determinados assuntos, de uma forma genérica.

A escolha das temáticas (ou *nodes*) foi feita previamente, apesar de, ao longo da análise dos discursos, temáticas terem sido complementadas ou mesmo criadas, já que nos discursos escrutinados anteriormente não se evidenciava nenhuma menção a esses assuntos. As temáticas foram selecionadas a partir das áreas de intervenção dos principais

ministérios em Portugal, resultando na lista apresentada na Tabela 2. Os assuntos foram escolhidos indutivamente (Braun & Clarke, 2006), isto é, não foram selecionados de acordo com outro modelo já desenvolvido na literatura, o que permite uma análise mais flexível e orientada pelos dados recolhidos (2006).

Tabela 2. Temáticas discursivas.

Temática	Exemplos de assuntos
Ambiente e Recursos Naturais	Recursos hídricos, alterações climáticas, oceanos, florestas.
Cultura	História de Portugal, tradições, arte, produção cultural.
Comunicação Social	Meios difusores de informação.
Defesa e Segurança	Terrorismo, crime, forças de segurança, forças militares.
Economia	Empresas, crescimento, produto interno bruto.
Educação, Ciência e Tecnologia	Ensino, formação, investigação científica.
Emprego	Desemprego, qualidade do emprego.
Finanças	Impostos, rendimento familiar, moeda.
Justiça	Tribunais.
Política Externa	União Europeia, tratados e acordos, geopolítica.
Política Interna	Instituições, leis, órgãos de soberania, partidos.
Saúde	Hospitais, doenças, Serviço Nacional de Saúde.
Solidariedade, Direitos Humanos e Segurança Social	Coesão social, justiça social, desigualdades.
Religião	Instituições religiosas.

O software de análise de conteúdo *Nvivo* foi escolhido para proceder à análise temática. Este programa permite ao utilizador carregar o volume de texto pretendido para a plataforma, criar temáticas (*nodes*) e associar frases ou parágrafos a ditos *nodes*. Assim que a análise de determinado discurso terminar, é possível obter percentagens correspondentes ao volume textual associado a determinada temática, possibilitando também associar frases ou expressões populistas ao assunto no qual se evidenciam.

V – Os discursos: obtenção, distribuição e relação com as variáveis

Para ser possível analisar os discursos presidenciais de forma contínua e sistemática, utilizei discursos proferidos por todos os Presidentes da República portugueses desde 1986. Para responder à minha questão de investigação, que consiste na medição de conteúdo populista nos discursos presidenciais, procuro fazer uma análise de conteúdo de ditos discursos. Porém, e devido à enorme quantidade de intervenções presidenciais, quer em discursos oficiais, quer em entrevistas ou intervenções em eventos públicos, cingi-me a cinco momentos de maior importância: mensagem de Ano Novo, em janeiro; discurso comemorativo da Revolução dos Cravos, em abril; discurso comemorativo do Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas, em junho; discurso comemorativo da Implantação da República, em outubro; por fim, e para englobar discursos internacionais na minha análise, incluí também discursos proferidos nas sessões de apresentação de cumprimentos ao Corpo Diplomático representado em Portugal, discursos proferidos na Organização das Nações Unidas e Parlamento Europeu. A escolha específica dos quatro primeiros tipos de discurso prendeu-se sobretudo com o facto de os mesmos corresponderem às intervenções mais importantes feitas pelos Presidentes da República durante o ano (Marques, 2019). A inclusão dos discursos internacionais procura aproximar a minha investigação da do projeto no qual se baseia a minha dissertação.

Os discursos foram obtidos maioritariamente online, em particular nos sítios web dos arquivos dos presidentes Jorge Sampaio, Aníbal Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa. O repositório Casa Comum, desenvolvido pela Fundação Mário Soares, providenciou a totalidade dos discursos do presidente socialista. Os discursos de comemoração do 25 de abril de 1974 no período 1986-1998 foram retirados do livro “Discursos Parlamentares”, uma edição da Direção de Serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República (1999).

Porém, não foi possível a obtenção de todos os discursos proferidos entre o ano de 1986 e 2020, já que alguns dos discursos não estavam disponíveis nas fontes pesquisadas (livros, internet). A lista de discursos excluída da amostra é a seguinte:

- Mensagem de Ano Novo (1991, 1994, 2001);
- Discurso do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades (2016, 2017, 2018, 2019);
- Discurso da Implantação da República (1991, 1993, 1999, 2015, 2019, 2020).

De forma a ser possível responder às questões de investigação e testar a hipótese, que foram apresentadas no capítulo anterior, é necessário proceder à conversão das variáveis em valores numéricos para, posteriormente, e recorrendo ao software *SPSS Statistics*, analisar os dados resultantes da adaptação das variáveis. Como demonstra a Figura 1, a variável dependente, ou seja, a pontuação dos discursos, é uma variável contínua, já que se apresenta como uma escala de pontuação.

As quatro variáveis resultantes das questões de investigação secundárias e hipótese foram introduzidas no sistema como variáveis dicotómicas. No caso da variável referente à composição do governo, foram realizados dois testes distintos. No primeiro, foram analisados os governos maioritários *versus* minoritários, aplicando o teste *Mann-Whitney U*². Neste caso, foram englobados no grupo “governo maioritário” os governos de Durão Barroso e de Santana Lopes, no mandato do Presidente Sampaio, e os governos de Passos Coelho, no mandato do Presidente Cavaco Silva. No segundo teste, os governos de coligação foram considerados como categoria distinta, sendo testados três tipos de governo: maioritários de um só partido, coligações e minoritários. Neste caso, foi executado o teste *Kruskal-Wallis H*³.

Figura 1. Codificação das variáveis.

Pontuação dos discursos (V.D.)	Número do Mandato (V ¹)	Intervenção do FMI (V ²)	Relação com o governo (V ³)	Tipo de governo (V ⁴)
•Escala contínua (0 - 2)	•Primeiro (0) •Segundo (1)	•Não (0) •Sim (1)	•Incongruente (0) •Congruente (1)	•Maioritário (0) •Minoritário (1) •Coligação (2)

² O teste Mann-Whitney U é um teste não paramétrico, que permite comparar as diferenças entre dois grupos de uma variável independente quando a variável dependente é contínua, porém, com uma distribuição não-normal.

³ O teste Kruskal-Wallis H é um teste não paramétrico, que permite comparar as diferenças entre mais do que dois grupos de uma variável independente quando a variável dependente é contínua, porém, com uma distribuição não-normal.

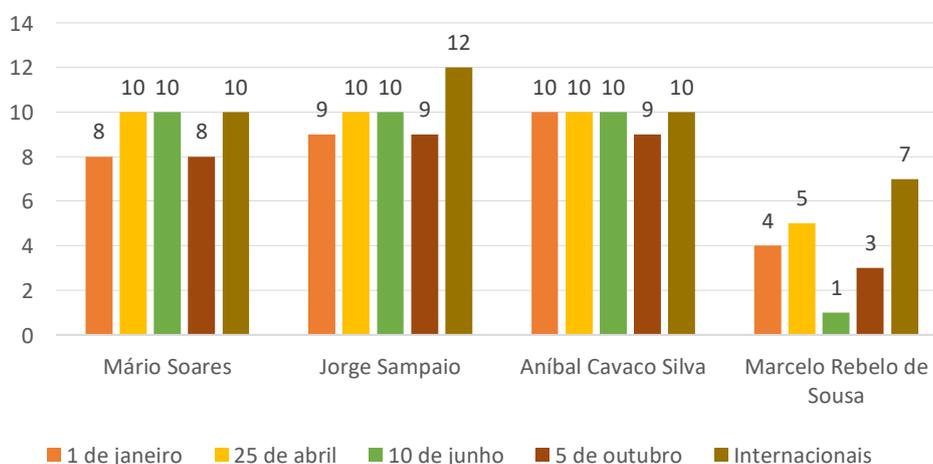
No total, foram obtidos 165 discursos presidenciais, distribuídos como mostra a Tabela 3. A distribuição no número de discursos por Presidente é bastante equilibrada, sendo Marcelo Rebelo de Sousa a única exceção, já que se encontra atualmente no final do seu primeiro mandato, o que implica que tenha um número de discursos inferior ao dos seus antecessores.

Tabela 3. Distribuição dos discursos presidenciais analisados.

Presidentes	Número de discursos
Mário Soares	46
Jorge Sampaio	50
Aníbal Cavaco Silva	49
Marcelo Rebelo de Sousa	20

No que concerne à distribuição de discursos por tipo, foram analisados 31 discursos referentes à mensagem de ano novo, 35 discursos de celebração do 25 de abril, 31 discursos de comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, 29 discursos relativos ao Dia da Implantação da República e 39 discursos de âmbito internacional (ver Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição de discursos por presidente e por tipologia.



Observando o conjunto de discursos, e cruzando a sua frequência com as variáveis escolhidas para análise, é possível verificar que são mais frequentes no primeiro mandato (94 discursos contra 71 no segundo), em períodos de incongruência (107 discursos contra 58 em período de congruência), durante governos majoritários (98 discursos contra 67 durante governos minoritários) e mais frequentes enquanto não houve intervenção financeira externa (152 contra 13 em período de intervenção), como se pode verificar através dos dados apresentados nas Tabelas 4 e 4a.

Tabela 4a. Distribuição e frequência dos discursos presidenciais.

Presidentes	Mandato		Intervenção Externa		Coabitação		Governo	
	1º	2º	Sim	Não	Cong.	Incong.	Mai.	Min.
Mário Soares	25	21	0	46	2	44	37	9
Jorge Sampaio	24	26	0	50	35	15	21	29
Aníbal Cavaco Silva	25	24	13	36	21	28	40	9
Marcelo Rebelo de Sousa	20	0	0	20	0	20	0	20

Tabela 4b. Distribuição e frequência dos discursos presidenciais (assumindo coligações).

Presidentes	Mandato		Intervenção Externa		Coabitação		Governo		
	1º	2º	Sim	Não	Cong.	Incong.	Mai.	Min.	Col.
Mário Soares	25	21	0	46	2	44	37	9	0
Jorge Sampaio	24	26	0	50	35	15	5	29	16
Aníbal Cavaco Silva	25	24	13	36	21	28	19	9	21
Marcelo Rebelo de Sousa	20	0	0	20	0	20	0	20	0

VI - Limitações na replicação do Projeto GPD

A escolha em adotar este tipo de análise traz consigo algumas limitações, como já mencionado ao longo deste projeto. As principais limitações deste trabalho dizem respeito

a três aspetos: a tipologia dos discursos analisados, a distribuição dos discursos por presidente e o processo de codificação.

Os discursos do estudo de Hawkins estão distribuídos por quatro categorias: discurso de campanha, discurso de inauguração, discurso internacional e discurso famoso. A amostra selecionada possui discursos internacionais e discursos domésticos proferidos nos mais importantes momentos institucionais do ano (Marques, 2019), que segundo a definição de Hawkins (2009), se enquadram na categoria discursos de inauguração, podendo no entanto uma parte deles ser considerado na categoria “discurso famoso”. Dadas as limitações de tempo e recursos, nomeadamente para a obtenção de uma amostra sistemática de discursos de campanha e de seleção daqueles que são considerados os melhores discursos de cada presidente, restringi a análise a uma categoria doméstica e uma internacional.

No que toca à distribuição dos discursos por presidente, existe um equilíbrio entre os três primeiros presidentes, mas uma diferença considerável com os discursos de Marcelo Rebelo de Sousa (ver Tabela 3). Foi decidida a manutenção do atual Presidente da República na análise dos discursos, dado possuir uma amostra suficiente, assim como pela sua postura presidencial bastante popular, que inclusivamente, se confunde com populista (Pinto, 2018). Porém, o atual Chefe de Estado não constará na análise quantitativa apresentada de seguida, devido às circunstâncias da sua presidência (apenas cumpriu um mandato, sempre em coabitação com governos minoritários do Partido Socialista e sem períodos de intervenção externa).

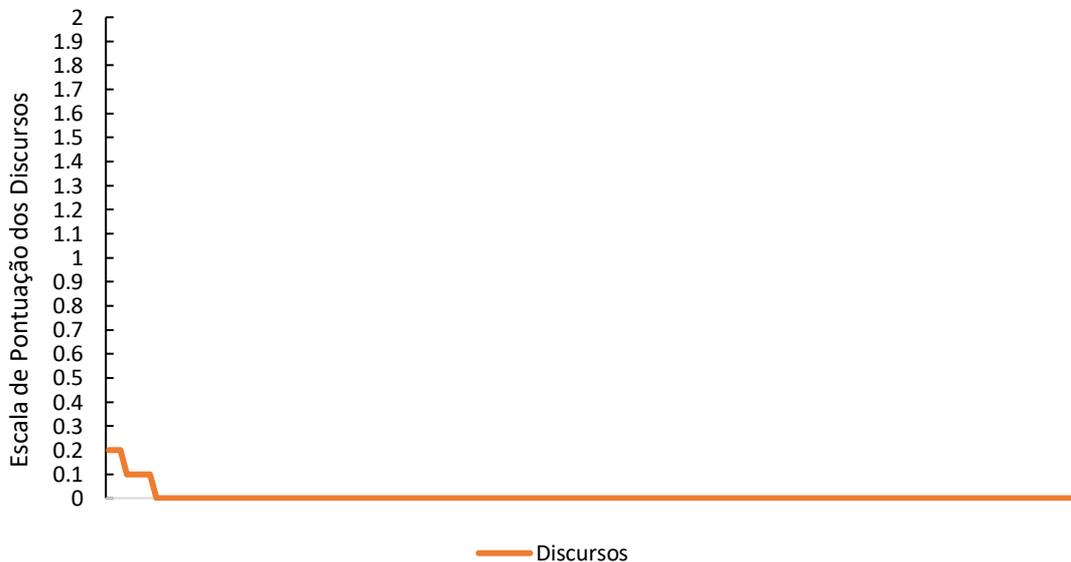
Relativamente à codificação, não foi possível participar na formação original do projeto *Global Populism Database*, apesar de terem sido utilizados os mesmos instrumentos formativos do projeto original. Tratando-se de uma dissertação de mestrado, o seu âmbito é reduzido, relativamente ao tempo e recursos necessários para conduzir um estudo da dimensão do *GPD*. Apesar disso, o valor de fiabilidade entre codificadores na presente análise, traduzido no valor de Alpha Krippendorff, corresponde 0,78, o que está dentro da margem aconselhável de $r > 0,70$ (Hawkins, 2009).

5 - O (não) populismo nos discursos presidenciais

Neste capítulo, serão explanados todos os dados estatísticos obtidos resultantes da realização da presente dissertação. A análise será realizada em duas partes distintas. Primeiramente, os dados apresentados corresponderão à totalidade dos discursos analisados, possibilitando uma visão geral do populismo discursivo na figura presidencial em Portugal. Posteriormente, será realizada uma análise individual, Presidente a Presidente, de forma a ser possível observar as várias diferenças de resultados entre cada um dos Chefes de Estado analisados no que concerne ao grau de populismo nos discursos.

Foram inseridas seis variáveis neste projeto: uma variável contínua (pontuação do discurso), uma variável ordinal (tipo de discurso) e quatro variáveis nominais (mandato, coabitação, tipo de governo e intervenção financeira externa, codificadas com os valores 0 e 1, sendo que no caso da variável tipo de governo, nas presidências de Sampaio e Cavaco Silva, será codificada com os valores 0, 1 e 2).

Gráfico 2. Pontuação dos discursos presidenciais



Foram analisados 165 discursos presidenciais com o objetivo de classificar os mesmos, numa escala de 0 a 2, no que respeita ao grau de conteúdo populista neles contido. A frequência das classificações está apresentada no gráfico 2. Dos 165 discursos, a grande maioria (157) foi classificada com 0, cinco discursos com 0,1 e apenas três

discursos com 0,2. A diferença entre as pontuações dos discursos assinalados é explicada através do número e intensidade das referências presentes na intervenção. A Tabela 5 apresenta os discursos presidenciais onde foram encontradas e assinaladas referências que são passíveis de ser enquadradas no *codebook* do projeto *GPD*. Os dois Presidentes socialistas, Mário Soares e Jorge Sampaio, foram os Chefes de Estado com mais discursos sinalizados, três cada um. Já Aníbal Cavaco Silva, histórico líder do Partido Social Democrata, tem referenciados dois discursos. Nenhum discurso de Marcelo Rebelo de Sousa demonstrou incorporar qualquer tipo de retórica populista, embora se deva notar que neste caso foram apenas analisados 20 discursos, cerca de 41% da média do número de discursos dos restantes Chefes de Estado.

Tabela 5. Discursos assinalados.

Presidente	Discurso	Data	Pontuação
Mário Soares	Mensagem de Ano Novo	01/jan/1990	0,1
Mário Soares	Mensagem de Ano Novo	01/jan/1992	0,2
Mário Soares	Internacional	05/jan/1996	0,1
Jorge Sampaio	Comemoração 25 de abril	25/abr/1997	0,1
Jorge Sampaio	Comemoração 25 de abril	25/abr/2004	0,1
Jorge Sampaio	Comemoração 5 de outubro	05/out/2005	0,2
Aníbal Cavaco Silva	Comemoração 25 de abril	25/abr/2009	0,1
Aníbal Cavaco Silva	Mensagem de Ano Novo	01/jan/2013	0,2

Através das Tabelas 6 e 7, é verificável que a moda das pontuações é, em todas as tipologias de discurso e em todos os presidentes, zero. O valor da média das pontuações atribuídas revela desde logo uma conclusão: os Presidentes da República não recorrem a retórica populista nos seus discursos.

Tabela 6. Descrição dos dados referentes à pontuação dos discursos por presidente.

Presidente	Nº discursos	Percentagem	Pontuação Média	Moda	Desvio-Padrão
Mário Soares	46	27,9 %	0,009	0	0,0354
Jorge Sampaio	50	30,3 %	0,008	0	0,034
Aníbal Cavaco Silva	49	29,7 %	0,006	0	0,0317
Marcelo Rebelo de Sousa	20	12,1 %	0	0	0

Tabela 7. Descrição dos dados referentes à pontuação dos discursos por tipologia.

Tipologia	Nº discursos	Percentagem	Pontuação Média	Moda	Desvio-Padrão
1 de janeiro	31	18,8 %	0,016	0	0,0523
25 de abril	35	21,2 %	0,009	0	0,0284
10 de junho	31	18,8 %	0	0	0
5 de outubro	29	17,6 %	0,007	0	0,0371
Internacionais	39	23,6 %	0,003	0	0,016

Antes de proceder à verificação dos dados de forma a obter resposta às questões de investigação secundárias e à hipótese formulada, por meio de estabelecer relações entre as variáveis, é necessário realizar um teste de normalidade, de forma a aferir se a distribuição dos dados contidos nas variáveis é normal ou não. O teste de normalidade *Shapiro-Wilk* foi escolhido para avaliar a normalidade da distribuição entre a variável dependente e as diferentes variáveis independentes do projeto. A normalidade da distribuição das pontuações é traduzida pelo valor de *W*. Este valor compreende-se entre 0 e 1, sendo que quanto mais se aproximar do último, mais normal será a distribuição.

Tabela 8. Resultado do teste de normalidade *Shapiro-Wilk*.

	<i>W</i>	<i>df</i>	<i>sig</i>
Pontuação dos Discursos	0,215	165	0,00

A distribuição das pontuações atribuídas aos discursos não é normal, como observável na Tabela 8, sendo necessário recorrer a testes não paramétricos para relacionar as variáveis presentes no projeto. O teste não-paramétrico selecionado para relacionar as variáveis é o *Mann-Whitney U Test*. Este teste permite comparar as diferenças entre dois grupos de uma variável independente quando a variável dependente é contínua, porém, com uma distribuição não-normal (Lund & Lund, 2018). Outros testes foram selecionados para interpretar a relação entre variáveis, porém, as variáveis propostas nesta dissertação não cumpriam os requisitos para os realizar, tendo optado pela execução do *Mann-Whitney U test*. O facto de a média das pontuações atribuídas aos discursos ser tão baixa é também um indicador de que qualquer que fosse o teste selecionado, o nível de significância dificilmente seria superior se tivesse sido escolhido qualquer outro procedimento.

O teste será aplicado a todos os presidentes em análise. No entanto, o caso do atual Presidente português apresenta-se como distinto dos demais, por não ter variação em termos de mandato e do tipo de governo durante o período em análise. De forma a obter uma perspectiva dos resultados garantindo que estes não são influenciados pelos dados de Marcelo Rebelo de Sousa (que apenas tem um mandato e em coabitação com governos minoritários do Partido Socialista), o teste foi aplicado em duas situações: primeiramente contabilizando os discursos de Marcelo Rebelo de Sousa (Tabela 9a); posteriormente, executando o teste referente à generalidade dos presidentes excluindo o atual Chefe de Estado (Tabela 9c). De forma a incluir as coligações como terceiro grupo da variável “tipo de governo”, foi também levado a cabo o teste *Kruskal-Willis H*, cujos resultados estão presentes na Tabela 9b.

Tabela 9a. Resultados do teste *Mann-Whitney U* aplicado à totalidade dos discursos.

Variáveis	Grupos	<i>N</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>Exact Sig. (1-tailed)</i>
Mandato	1º	94	81,59	0,094
	2º	71	84,87	
Coabitação	Congruência	58	84,72	0,198
	Incongruência	107	82,07	
Governo	Maioritário	98	84,08	0,167
	Minoritário	67	81,42	
Intervenção Externa	Sim	13	85,54	0,260
	Não	152	82,78	

Tabela 9b – Teste de *Kruskal-Willis H* aplicado à variável “tipo de governo”.

Variável	Grupos	<i>N</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>Exact Sig. (1-tailed)</i>
Governo	Maioritário	61	83,05	0,478
	Minoritário	67	81,42	
	Coligação	37	85,78	

Onde for verificado um maior valor de *Mean Rank*, maior será o grau de populismo nos discursos presentes em dado grupo de uma das variáveis. Será reportado como valor de significância (*p*) o valor de *Exact Sig. (1-tailed)*, dada a dimensão da amostra. O nível de confiança estatística adotado é 0,1, sendo um critério menos exigente do que se fosse utilizado 0,05. No entanto, e após a observação dos resultados, adotando o último valor, nenhum dos testes demonstra ser estatisticamente significativo, o que fez pender a escolha do intervalo de confiança para 0,1.

Numa primeira análise aos dados referentes na Tabela 9a, observa-se que apenas a relação entre as pontuações e o mandato presidencial tem alguma significância ($p = 0,094$), assumindo um intervalo de confiança de 90%, sendo o segundo mandato aquele em que os discursos são mais vezes pontuados acima de 0. Nos restantes casos, $p > 0,1$, o que permite concluir que a relação entre a variável dependente contínua (pontuação dos discursos) e as três variáveis independentes dicotômicas restantes não é estatisticamente significativa. Em todo o caso, o valor *Mean Rank* é superior em situação de congruência com o mandato governativo, em períodos de intervenção financeira externa e em presidências que coexistem com governos majoritários, sendo que, considerando coligações como grupo distinto, é nessa situação que o valor *Mean Rank* é mais elevado (ver Tabela 9b).

Tabela 9c. Resultados do teste *Mann-Whitney U* (excluindo Marcelo Rebelo de Sousa).

Variáveis	Grupos	<i>N</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>Exact Sig. (1-tailed)</i>
Mandato	1º	74	71,88	0,162
	2º	71	74,17	
Coabitação	Congruência	58	74,03	0,286
	Incongruência	87	72,31	
Governo	Majoritário	98	73,47	0,305
	Minoritário	47	72,02	
Intervenção Externa	Sim	13	74,77	0,297
	Não	132	72,83	

Ao excluir o atual Chefe de Estado deste teste, os resultados alteram-se ligeiramente, sendo a principal mudança referente ao valor de significância da relação entre as pontuações dos discursos e o mandato presidencial ($p = 0,162$). Nesta situação, o mandato acompanha as restantes variáveis no que à insignificância estatística concerne.

Os discursos obtiveram pontuação mais alta nas mesmas situações referidas na análise anterior (segundo mandato, em congruência com o mandato governativo, com governos majoritários e em período de intervenção financeira externa), como é possível verificar através da Tabela 9c.

Apesar da generalidade dos resultados não se provar estatisticamente relevante, o teste será aplicado aos discursos de cada Presidente da República por variável, de forma a obter uma análise mais detalhada e para que os dados obtidos sejam facilmente comparáveis entre os Chefes de Estado. Analisando a Tabela 10, verificamos que a relação estatística entre a pontuação dos discursos e o mandato presidencial não é significativa, dado que $p > 0,1$ em todas as situações. Os dados referentes a Mário Soares, Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva acompanham a tendência geral, com mais vestígios discursivos populistas no segundo mandato.

Tabela 10. Resultados do teste *Mann-Whitney U* aplicado ao número do mandato.

Presidente	Mandato	N	Mean Rank	Exact Sig. (1-tailed)
Mário Soares	Primeiro	25	22,90	0,318
	Segundo	21	24,21	
Jorge Sampaio	Primeiro	24	25,02	0,398
	Segundo	26	25,94	
Aníbal Cavaco Silva	Primeiro	25	24,96	0,49
	Segundo	24	25,04	
Marcelo Rebelo de Sousa	Primeiro	20	10,50	(a)
	Segundo	0	(a)	

(a) Aplicação do teste impossível se um dos grupos estiver vazio.

Respondendo à primeira questão de investigação secundária, verifica-se que no segundo mandato as pontuações dos discursos são em média mais altas que no primeiro. Contudo, a significância estatística desta relação, traduzida por $p = 0,162$ (sem contabilizar Marcelo Rebelo de Sousa) é insuficiente para poder ser criada uma relação entre o mandato e as pontuações dos discursos. Se o atual Chefe de Estado for incluído na análise, existe alguma significância estatística ($p = 0,094 < 0,1$), diferença que se poderá explicar

por um enviesamento dos dados da generalidade dos presidentes decorrentes dessa inclusão.

No que diz respeito à relação entre as pontuações dos discursos e à coabitação do mandato presidencial com o governativo, os resultados obtidos demonstram não existir uma relação significativa, dado que $p > 0,1$ em todos os casos. O caso do Presidente Mário Soares está relativamente perto da significância estatística ($p=0,128$) e acompanha a dinâmica geral, sendo mais populista em período de congruência entre mandatos. Porém, tal valor pode ser explicado pela distribuição altamente assimétrica dos discursos proferidos durante períodos de congruência (2) e durante períodos de incongruência com o mandato governativo (44).

Os restantes presidentes apresentam valores p bastante elevados, não sendo a relação entre as pontuações dos discursos e o tipo de relação com o governo significativa. Comparando os resultados com a tendência média, é observável que o presidente Jorge Sampaio não segue a dinâmica apresentada na Tabela 9, possuindo valores mais altos de populismo nos discursos proferidos em períodos de coabitação, contrariamente a Cavaco Silva, que acompanha Mário Soares na tendência geral. Como já mencionado, o teste não é aplicável a Marcelo Rebelo de Sousa, dado que o seu mandato coincidiu com um período de coabitação com dois governos do Partido Socialista, liderados por António Costa.

A questão de investigação secundária relativa à relação entre as pontuações e a congruência dos mandatos governativo e presidencial pode agora ser respondida. Os dados demonstram que os discursos têm uma pontuação média superior quando os Presidentes e o Governo pertencem ao mesmo partido. No entanto, e observando os resultados do teste de significância, é perceptível que $p > 0,1$ em todos os presidentes analisados. Não é possível, assim, estabelecer uma ligação direta entre a relação Presidente-Governo e o grau de populismo empregue nos discursos presidenciais.

Tabela 11. Resultados do teste *Mann-Whitney U* aplicado à coabitação.

Presidente	Relação entre mandatos	N	Mean Rank	Exact Sig. (1-tailed)
Mário Soares	Congruente	2	33,25	0,128
	Incongruente	44	23,06	
Jorge Sampaio	Congruente	35	25,44	0,666
	Incongruente	15	25,63	
Aníbal Cavaco Silva	Congruente	21	25,19	0,429
	Incongruente	28	24,86	
Marcelo Rebelo de Sousa	Congruente	0	(a)	(a)
	Incongruente	20	10,5	

(a) Aplicação do teste impossível se um dos grupos estiver vazio.

Passando à questão que relaciona as pontuações dos discursos com o tipo de governo resultante dos atos eleitorais e entendimentos parlamentares, e observando as Tabelas 12a e 12b, verifica-se novamente que a relação não tem força estatística significativa em nenhum dos casos analisados. Observando a tendência geral, demonstrativa de uma maior incidência de referências populistas durante períodos de governação maioritária, os presidentes Jorge Sampaio e Cavaco Silva acompanham-na; já Mário Soares apresenta valores de populismo nos discursos mais altos em períodos de governação minoritária. Assumindo coligações como um tipo de governo distinto de maioritário, os resultados refletem uma pontuação média dos discursos superior em períodos de governo de coligação no mandato de Jorge Sampaio, mas não de Cavaco Silva. De novo, o atual Chefe de Estado português não é passível de ser analisado, pois os governos socialistas com os quais coabitou e coabita são ambos minoritários, não havendo discursos proferidos em período de maioria parlamentar que sustente o governo.

O tipo de governo formado na Assembleia da República também não apresenta ter alguma influência nas pontuações do nível de populismo nos discursos dos Presidentes. Apesar de Sampaio e Cavaco Silva apresentarem pontuações médias superiores em períodos de governação maioritária, o valor de significância entre as duas variáveis é

superior a 0,1, o que o torna esta relação estatisticamente irrelevante. Não é, assim, possível responder à questão de investigação referente ao tipo de governo.

Tabela 12a. Resultados do teste *Mann-Whitney U* aplicado ao tipo de governo.

Presidente	Governo	<i>N</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>Exact Sig. (1-tailed)</i>
Mário Soares	Maioritário	37	23,26	0,488
	Minoritário	9	24,50	
Jorge Sampaio	Maioritário	21	26,40	0,275
	Minoritário	29	24,84	
Aníbal Cavaco Silva	Maioritário	40	25,23	0,663
	Minoritário	9	24,00	
Marcelo Rebelo de Sousa	Maioritário	0	(a)	(a)
	Minoritário	20	10,50	

(a) Aplicação do teste impossível se um dos grupos estiver vazio.

Tabela 12b. Resultados do teste *Kruskal-Wallis H* aplicado ao tipo de governo (assumindo coligações).

Presidente	Governo	<i>N</i>	<i>Mean Rank</i>	<i>Exact Sig. (1-tailed)</i>
Jorge Sampaio	Maioritário	5	24,00	0,609
	Minoritário	29	24,84	
	Coligação	16	27,17	
Aníbal Cavaco Silva	Maioritário	19	25,26	1,000
	Minoritário	9	24,00	
	Coligação	21	25,19	

(a) Aplicação do teste impossível se um dos grupos estiver vazio.

Face à hipótese delineada, relativamente ao desempenho económico e operacionalizado para esta dissertação através da intervenção financeira externa na economia portuguesa, é apenas passível de ser testada na presidência de Aníbal Cavaco Silva, tendo sido este o único Presidente da República em funções analisado a receber o FMI em Portugal, entre os anos 2011 e 2015. Observando a Tabela 13, verifica-se que os discursos proferidos por Cavaco Silva durante o período de intervenção externa

apresentam uma pontuação média superior em relação aos restantes. Contudo, os dados revelam que não é possível estabelecer uma relação de significância entre as pontuações dos discursos e o período de intervenção em causa, já que $p = 0,265 > 0,1$, sendo assim impossível a verificação da hipótese proposta nesta dissertação.

Tabela 13. Resultados do teste *Mann-Whitney U* aplicado à intervenção financeira externa.

Presidente	Intervenção	N	Mean Rank	Exact Sig. (1-tailed)
Mário Soares	Sim	0	(a)	(a)
	Não	46	23,50	
Jorge Sampaio	Sim	0	(a)	(a)
	Não	50	25,50	
Aníbal Cavaco Silva	Sim	13	25,92	0,265
	Não	36	24,67	
Marcelo Rebelo de Sousa	Sim	0	(a)	(a)
	Não	20	10,50	

(a) Aplicação do teste impossível se um dos grupos estiver vazio.

O tratamento estatístico desta análise comprovou que, de facto, os Presidentes da República portugueses não recorrem ao populismo nos seus discursos. Em nenhuma das intervenções foi dada uma pontuação acima dos 0,5 pontos, o que segundo o projeto *GPD* já classificaria os discursos como “algo populistas” (Hawkins et al., 2019). Em vez disso, assistimos pontualmente à existência de uma a duas referências relativamente subtis e indiretas, por parte dos Presidentes da República, que podem ser associadas a algumas dimensões do *codebook* proposto por Hawkins, em cerca de 4,8% da totalidade dos discursos analisados.

I - Lado a lado: onde se posicionam os discursos presidenciais portugueses?

Feita a análise do nível de populismo nos discursos presidenciais portugueses, os resultados serão colocados em comparação com os obtidos nos estudos de Hawkins (2009) e Hawkins et al. (2019). Para tal, serão selecionados os casos cujos países operem sob

regime semipresidencialista e cujos discursos analisados tenham sido proferidos por Presidentes: Bielorrússia (Aleksandr Lukashenko); Finlândia (Tarja Halonen); França (Nicolas Sarkozy, François Hollande e Emmanuel Macron); Peru (Alejandro Toledo, Alan Garcia, Ollanta Humala e Pedro Pablo Kuczynski); Rússia (Vladimir Putin) e Ucrânia (Viktor Yushchenko).

As pontuações dos discursos acima referidos estão apresentadas no Gráfico 3 e na Tabela 14. Os valores variam entre 0 (Tarja Halonen, Pedro Pablo Kuczynski) e 1,7 (Aleksandr Lukashenko). Observando as pontuações atribuídas aos discursos dos presidentes franceses, e estando Portugal e França incluídos num contexto geopolítico comum, verificamos que os resultados em ambos os países não apresentam grandes diferenças, sendo claro que, tal como os Chefes de Estado portugueses, os Presidentes franceses também não recorrem à retórica populista nos seus discursos.

Gráfico 3 - Pontuações dos discursos presidenciais em regimes semipresidencialistas (*Global Populism Database*).

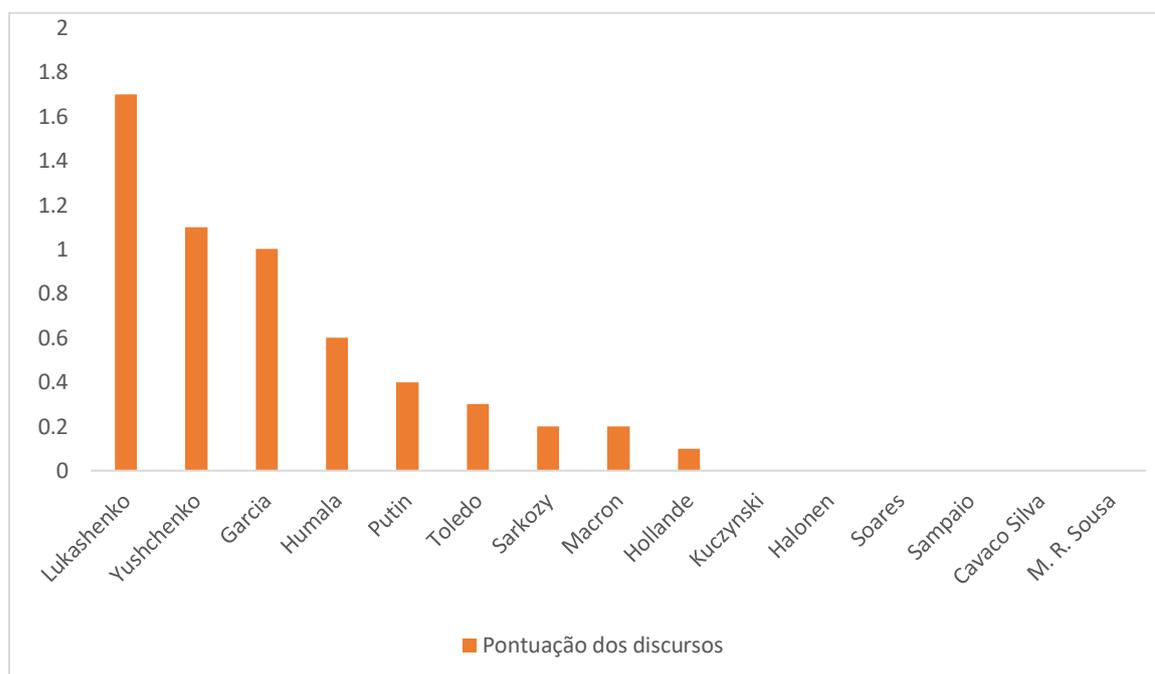


Tabela 14 – Pontuações dos discursos presidenciais em regimes semipresidencialistas (*Global Populism Database*).

País	Presidente	Pontuação média dos discursos
Bielorrússia	Aleksandr Lukashenko	1,7
Ucrânia	Viktor Yushchenko	1,1
Peru	Alan Garcia	1
Peru	Ollanta Humala	0,6
Rússia	Vladimir Putin	0,4
Peru	Alejandro Toledo	0,3
França	Nicolas Sarkozy	0,2
França	Emmanuel Macron	0,2
França	François Hollande	0,1
Peru	Pedro Pablo Kuczynski	0
Finlândia	Tarja Halonen	0
Portugal	Mário Soares	0
Portugal	Jorge Sampaio	0
Portugal	Aníbal Cavaco Silva	0
Portugal	Marcelo Rebelo de Sousa	0

Fonte: Hawkins (2009) e Hawkins et al. (Hawkins et al., 2019)

A análise estatística teve, porém, algumas limitações já mencionadas e que poderão ter alguma importância nos resultados obtidos. No projeto de Hawkins, a tipologia de discursos é mais vasta, incluindo discursos de campanha, de inauguração, famosos e internacionais. Hawkins afirmou que “seria mais expectável que os discursos famosos e de campanha fossem mais populistas que os de inauguração e internacionais, por causa do contexto e da audiência, que eram por norma a Nação inteira” (2009, p. 1051). Os

resultados obtidos na sua análise comprovaram a sua teoria inicial: em média, na análise aos discursos dos Chefes de Estado latino-americanos, a pontuação de discursos de campanha (0,6) foi a mais elevada, seguindo-se os discursos famosos e internacionais (0,4) e por fim os de inauguração (0,3). No que aos discursos dos Chefes de Estado fora daquela área geográfica, a tendência acentua-se, já que os discursos de campanha obtiveram uma pontuação média igual à dos congéneres latino-americanos (0,6). Os discursos famosos atingiram o mesmo valor, sendo a média para os discursos internacionais e de inauguração de 0,3 pontos. Considerando a ausência dos discursos de campanha e famosos desta análise, o seu escrutínio poderá trazer à superfície novos dados e conclusões diferentes das obtidas nesta dissertação. Porém, os valores de pontuação médios de cada Presidente (Mário Soares – 0,01; Jorge Sampaio – 0,01; Cavaco Silva – 0,01; Marcelo Rebelo de Sousa – 0), indiciam que mesmo incluindo os discursos em falta na análise, não atingiriam o patamar de “algo populistas”.

Terminada assim a análise de populismo nos discursos, segue-se a identificação dos oito discursos em que foram encontradas evidências do uso de instrumentos populistas, relacionando as passagens assinaladas com a temática correspondente, sendo também realizada uma contextualização dos discursos no tempo e na situação interna e externa do país.

6 - Análise de Conteúdo Temática

Finalizada a primeira análise, referente ao grau de populismo contido nos discursos presidenciais, respondidas as questões de investigação e testada a hipótese formulada, conclui-se que os Presidentes da República não empregam retórica populista nas suas intervenções. Nenhum dos discursos apresenta uma visão maniqueísta da sociedade nem coloca os assuntos em termos morais, não identifica os dois grupos antagónicos característicos dos discursos populistas (“povo puro” e “elite corrupta”), tal como não indiciam uma subversão da vontade da “maioria” por parte da minoria. Todos os discursos são abertamente pluralistas, salientando a importância e o respeito que os presidentes têm pelas instituições democráticas e liberais, não evidenciando qualquer tom conspirativo ou alguma acusação apontada a qualquer elite. Dos 165 discursos examinados, cinco foram pontuados com nota 0,1 e três com nota 0,2. É importante realçar que estes resultados se encontram extremamente próximos de zero, colocando os discursos dos presidentes portugueses na categoria “nada populistas”. A sua pontuação é distinta das demais por possuírem uma ou mais referências que, de forma muito leve ou indireta, se aproximam das dimensões propostas por Hawkins no codebook formulado na sua investigação.

Para executar a análise de conteúdo temática foi escolhido o software *Nvivo*, que permite seleccionar trechos de texto e associá-los às temáticas que foram previamente definidas (ver Tabela 2). Os oito discursos pontuados acima de 0, presentes na Tabela 5, foram submetidos a essa análise e os resultados serão apresentados neste capítulo. Dito isto, é importante frisar que estas classificações não indiciam retórica populista, estando no intervalo considerado “não populista”, de acordo com a metodologia do *Global Populism Database*.

I - Mário Soares e o dualismo na sociedade

Na Mensagem de Ano Novo de Mário Soares, em 1990, o principal tema abordado foi a Política Externa, com grande destaque para a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que conseqüentemente originou a formação de novos Estados no leste da Europa. Soares contempla o futuro da Europa Comunitária depois da desagregação

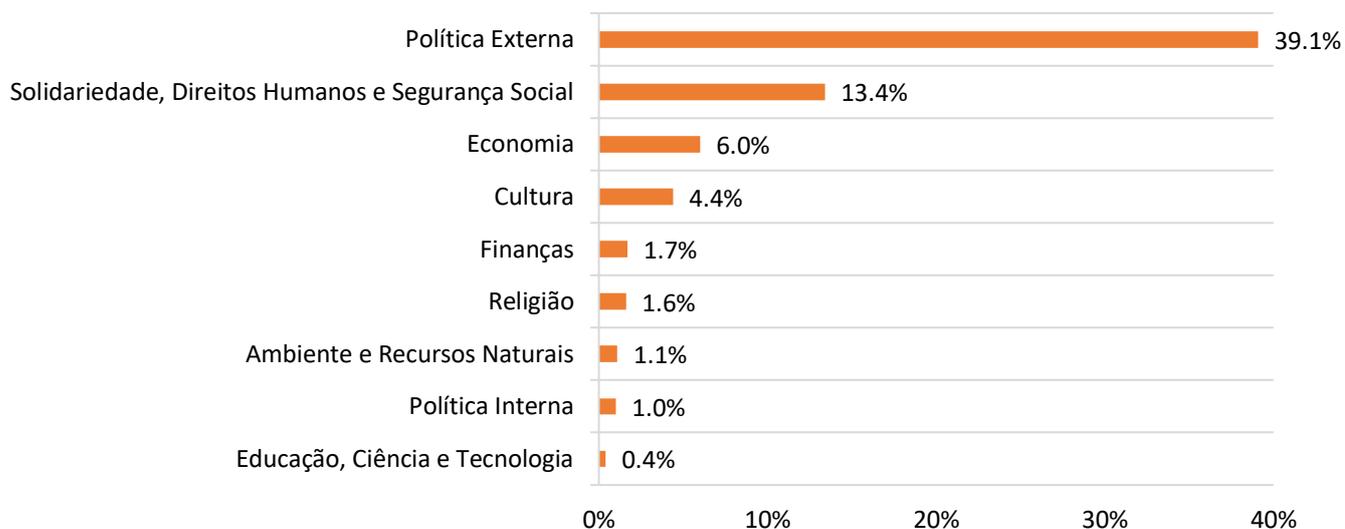
dos estados de leste, apelando à necessidade de a Europa Comunitária ser uma verdadeira “casa comum”, de forma a mitigar os problemas sociais e económicos que surgiram a par da independência dos novos estados. Continua, referindo os sucessos do fim do regime do Apartheid, na África do Sul e das eleições na Namíbia, considerando que os episódios viriam “abrir um precedente altamente positivo para toda a África”. Passando pelo “desenvolvimento económico, científico e tecnológico” que pretende para enfrentar este “novo quadro internacional de mudança”, regressa à Política Externa, fazendo referência ao processo de adesão e de entrosamento de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

A passagem assinalada é referente à temática economia. No discurso, e a propósito da quadra natalícia do ano anterior, Mário Soares refere que em contraste com “os portugueses que continuam a viver mal, em condições de extrema pobreza”, existem outros que exibem “uma certa ostentação de riqueza e um espírito desregradamente consumista, que me preocupam e que em absoluto condeno”, denunciando, ainda que indiretamente, a existência de uma elite económica em oposição aos restantes portugueses, que o Presidente refere viverem mal há algum tempo, dando uma ideia de continuidade dessa miséria. Esta passagem (bem como a maioria das restantes passagens assinaladas e mencionadas de seguida) é passível de ser interpretada à luz da primeira dimensão do codebook do projeto *GPD*, ainda que de forma extremamente subtil.

À luz do contexto português, é possível argumentar que a sociedade portuguesa é de facto dualista. Adérito Sedas Nunes afirma que esse dualismo tem uma origem económica, assente numa “estagnação da agricultura e numa indústria em expansão” (1964, p. 409), que evolui para um dualismo sociológico: um setor social orientado para “a evolução e o progresso” e outro “bloqueado”, muito marcado pelas desigualdades económicas regionais dentro do país (Nunes, 1964, p. 420), e que ainda hoje é visível em Portugal. De notar que este fenómeno poderá ser uma justificação válida para as referências ao dualismo na sociedade em Portugal encontradas nos discursos.

Termina a intervenção elogiando o funcionamento e a solidariedade entre instituições democráticas, apelando ao convívio cívico, “assumindo as divergências como um fator de enriquecimento”.

Gráfico 4 - Temáticas do discurso de 1 de janeiro 1990 - Mário Soares (0,1).

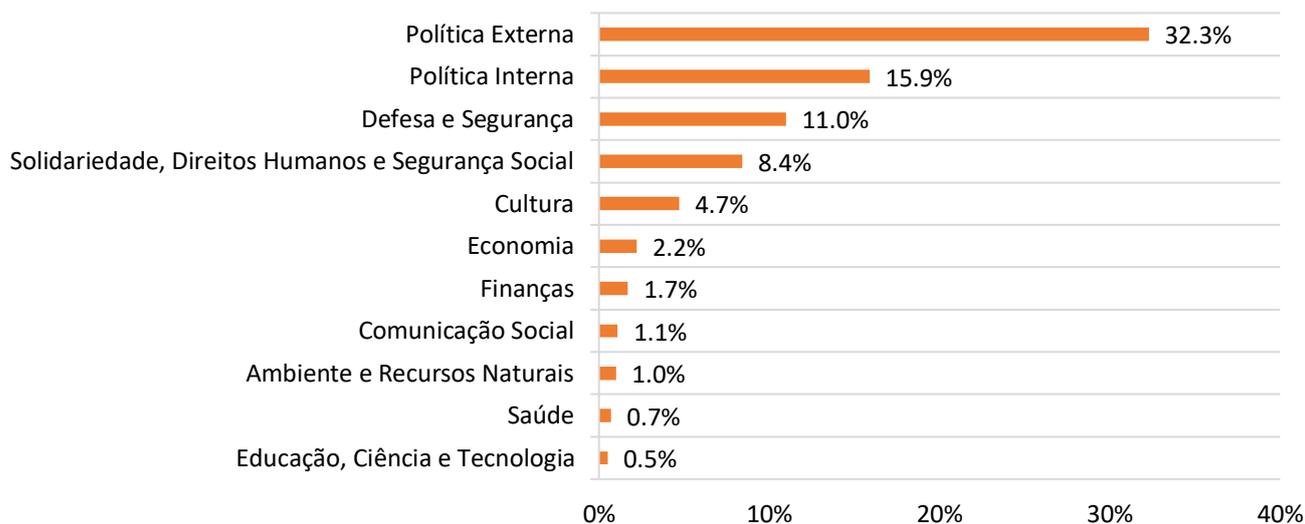


Em 1992, também na Mensagem de Ano Novo, o Presidente da República volta a enfatizar a Política Externa acima das restantes temáticas, nomeadamente a mudança de paradigma face ao desmembramento da URSS, que trouxe problemas económicos, provocando um sentimento de incerteza quanto ao futuro das ex-repúblicas comunistas. O Tratado de Maastricht, assinado naquele ano, foi também mencionado no discurso como promotor de um novo impulso dos ideais comunitários. Sendo um discurso tipicamente de projeção do ano que inicia e de balanço do ano transato, as eleições presidenciais e legislativas de 1991 foram destacadas pelo Presidente Soares, que salienta o apelo feito aos cidadãos durante os processos eleitorais para promover a sua participação na vida democrática.

Tal como dois anos antes, também neste discurso foi assinalada uma referência de cariz económico, novamente devido à menção da existência de uma “sociedade dualista, com uma riqueza ostentatória chocante e uma pobreza sem perspetivas de mudança”. Porém, apesar de ser possível relacionar a passagem com a primeira dimensão do codebook, é de frisar que o discurso está também a retratar o cariz económico e social da sociedade portuguesa, ainda marcada por profundos desequilíbrios regionais e económicos. É também neste discurso que Mário Soares refere uma “nítida redução do pluralismo na comunicação social”, coincidente com o período de coabitação com o seu grande rival político, Cavaco Silva. Apesar desta afirmação retratar uma opinião pessoal do

Presidente Soares sobre o estado e o serviço prestado pelos meios de comunicação social, poderá ser interpretada à luz do codebook proposto por Hawkins, nomeadamente na dimensão que remete para o uso de tom conspirativo, ainda que seja apenas testemunhável nesta afirmação e não na generalidade do discurso.

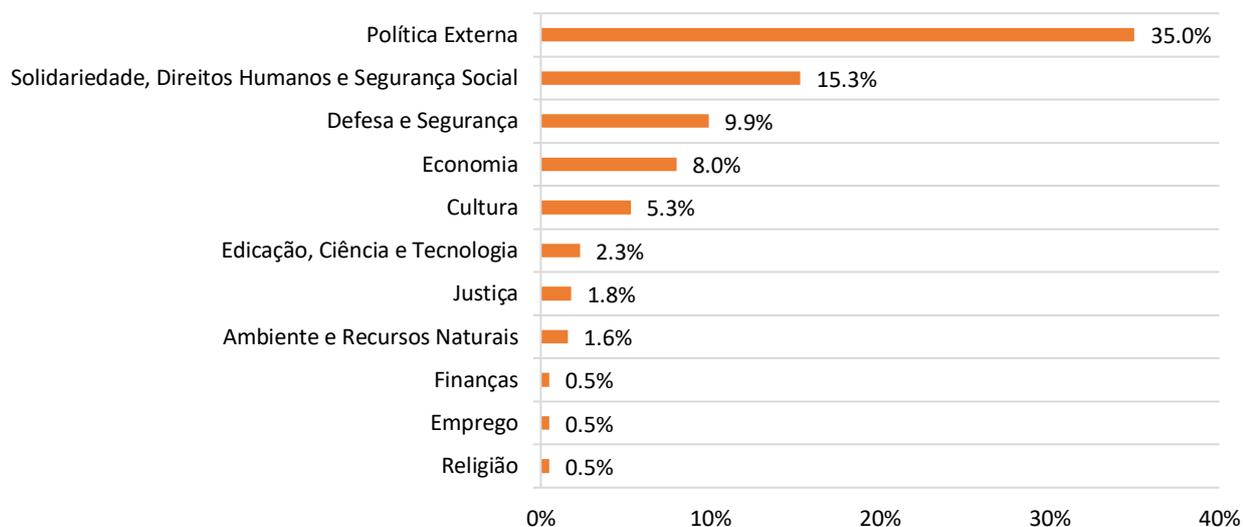
Gráfico 5 - Temáticas do discurso 1 de janeiro 1992 - Mário Soares (0,2).



Relativamente ao discurso internacional de Mário Soares, referente à Apresentação de Cumprimentos ao Corpo Diplomático, em 1996, este enfatiza novamente a Política Externa, cobrindo 35% dos assuntos do discurso, mencionando acontecimentos importantes como os Acordos de Dayton, que permitiriam o final da guerra na Bósnia-Herzegovina ou a criação da MERCOSUL, organização económica intergovernamental latino-americana. Também o ressurgimento de movimentos nacionalistas, criminais, terroristas e fanatismos religiosos que resultam em conflitos violentos se provam preocupantes para o presidente, referindo-se até a uma “crise de civilização”.

Repete, tal como em 1992, a ideia de uma sociedade cada vez mais dual, na qual “o espectro crescente do desemprego e da pobreza contrasta chocantemente com ostentatórias formas de riqueza”, remetendo levemente para a dimensão dualista proposta por Hawkins, no âmbito da temática económica, mas como já verificado, não pode ser considerada uma passagem populista por si só.

Gráfico 6 - Temáticas do discurso ao Corpo Diplomático 1996 - Mário Soares (0,1).

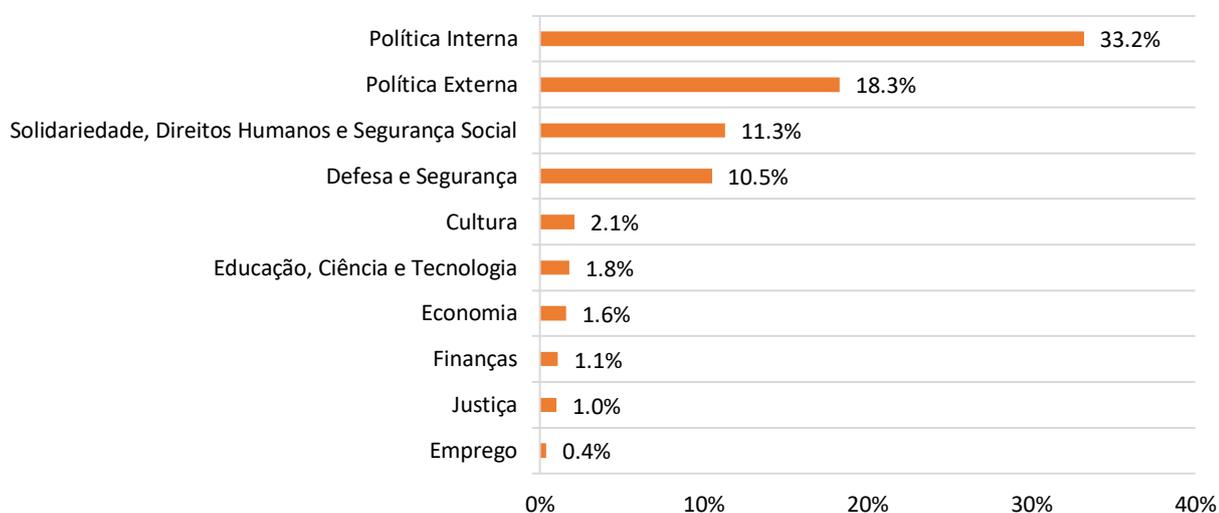


II - Jorge Sampaio e o Corporativismo

Jorge Sampaio, cujos discursos foram sinalizados por três vezes é, a par de Mário Soares, o Presidente com mais discursos sinalizados. No discurso proferido nas comemorações da Revolução de abril, em 1997, os assuntos referentes à Política Interna ganham algum relevo, representando um terço das restantes temáticas. Tal verifica-se através da atenção dada por parte do Presidente às instituições nacionais e supranacionais, pois foi com o 25 de abril e a conseqüente queda da ditadura salazarista que estas se tornaram acessíveis à população portuguesa, e que moldaram o regresso a um estado livre e democrático.

Jorge Sampaio refere uma preocupação assente na “satisfação de corporativismos” e com a “cedência a grupos de pressão particulares”, referindo que “a lógica do Estado é a defesa do interesse geral, do bem comum”, passando a ideia que esse interesse não estaria a ser satisfeito na sua plenitude. Esta referência é passível de ser relacionada com a quinta dimensão do codebook, que remete para a subversão do interesse da maioria. Porém, o discurso é extremamente pluralista e democrático, defendendo o funcionamento das instituições, valores como a liberdade e a tolerância e a importância do voto e da relação entre eleitor e eleito, não sendo a referência assinalada suficiente para o discurso ser considerado minimamente populista.

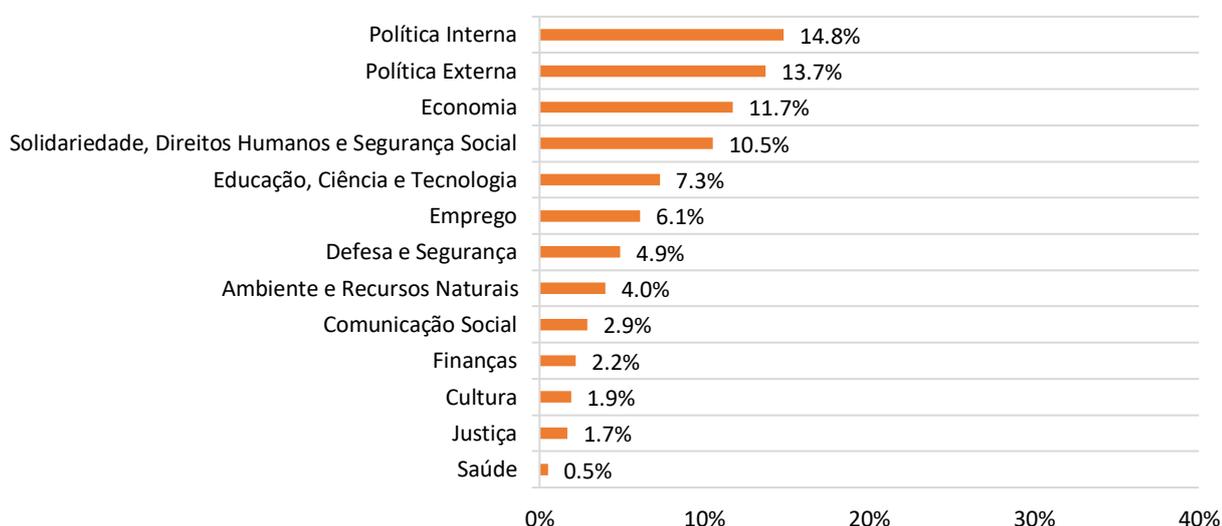
Gráfico 7 - Temáticas do discurso 25 de abril de 1997 - Jorge Sampaio (0,1).



Também a 25 de abril, em 2004, Jorge Sampaio discursou na Assembleia da República a propósito da comemoração da Revolução dos Cravos. Num discurso longo, Sampaio tocou em quase todas as temáticas apresentadas, com um grande equilíbrio entre a Política Interna, Política Externa, Economia e Solidariedade. O discurso pauta-se por ser institucional e pluralista, como em praticamente todos os discursos analisados. Começa por fazer referência às regalias trazidas pela revolução no que concerne a direitos e liberdades políticas, ao legado deixado e ao apelo a que os cidadãos honrem esse legado, participando na vida democrática. As relações internacionais também mereceram destaque: o terrorismo ressurgido com o ataque ao *World Trade Center* e a consequente invasão do Iraque, que em Portugal causou algum atrito nas relações entre Sampaio e Durão Barroso, primeiro ministro de um governo de coligação à data (Lima, 2013). A desadequação das políticas sociais a uma nova economia, cada vez mais global, é insistentemente relembrada por Sampaio, que também refere como problemas estruturais o envelhecimento da população, o desemprego e o empobrecimento da generalidade dos portugueses.

A referência assinalada volta a incidir na temática económica, mas também na Política Interna, mais concretamente sobre a “preponderância dos interesses corporativos”, que o Presidente acusa de “lesar o Estado e o interesse geral, ao destruir todas as forças inovadoras”, e que conseguem “pôr em causa os interesses instalados e mudar a economia e a sociedade”. A interpretação do retrato traçado pelo Presidente Sampaio, tal como no discurso analisado anteriormente, poderá remeter para a dimensão do codebook relativa à subversão da vontade da maioria, não sendo, no entanto, possível considerá-la populista em si mesma dado o cariz pluralista e democrático do discurso.

Gráfico 8 - Temáticas do discurso 25 de abril de 2004 - Jorge Sampaio (0,1).



No discurso de comemoração da Implantação da República, em 2005, Jorge Sampaio apresenta a sua perspetiva sobre o estado da República, incidindo sobretudo nas temáticas Política Interna, Defesa e Segurança e Justiça, questões essas que reputa “cruciais”.

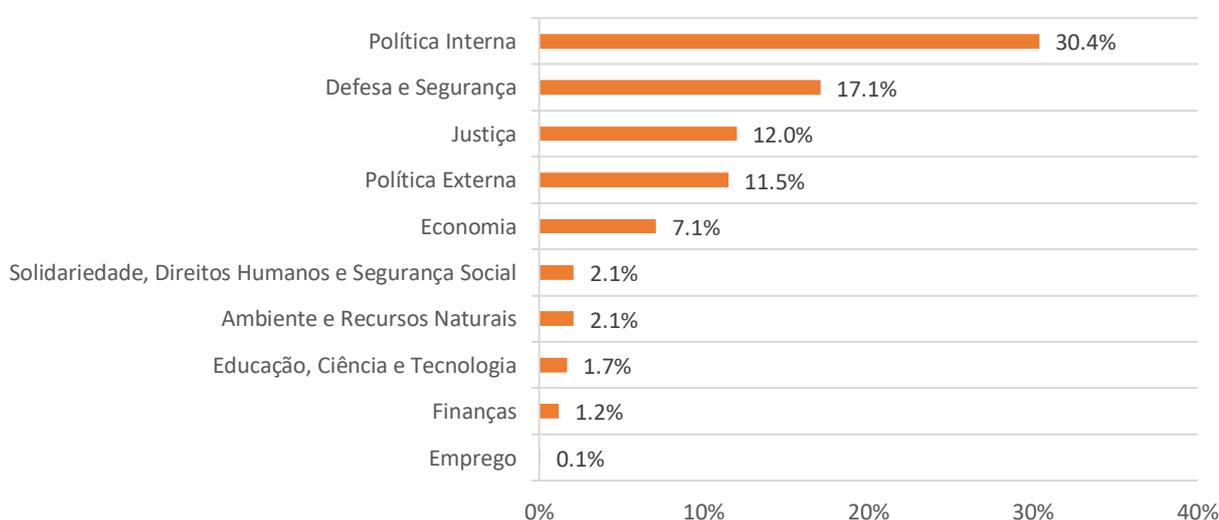
No que concerne ao assunto mais frequentemente tratado, Política Interna, o Presidente refere que a República é indissociável da comunidade política, composta por eleitores e eleitos, sendo a principal obrigação dos primeiros “servir o interesse comum”. Expõe como um grande problema para a democracia em Portugal a percepção negativa da opinião pública face aos partidos políticos, que diz serem indispensáveis para o bom funcionamento de qualquer regime democrático, e que essa percepção é em parte causada

por uma muralha erguida pelos próprios, apelando à modernização e à transparência do seu funcionamento face à sociedade.

Passando para o segundo grande tema, Defesa e Segurança, a Presidente admite ver as Forças Armadas como um pilar institucional da república, não estando à mercê de “flutuações eleitorais”. Como Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Jorge Sampaio mostra-se orgulhoso pelas intervenções recentes desta instituição na defesa dos interesses internacionais portugueses, no âmbito da Organização das Nações Unidas e a NATO, referindo a necessidade de modernização e reforma dos quadros militares portugueses.

A Justiça apresenta-se como terceira temática mais presente no discurso (12%) e é também aí que se encontra a referência assinalada no discurso de Jorge Sampaio. O grande enfoque é dado à questão da corrupção, uma temática frequentemente latente em discursos populistas (Bonikowsky & Gidron, 2016; Bos & Brants, 2014; Salgado, 2019). Sampaio crê que as questões da corrupção não são tratadas de maneira adequada, permanecendo “a moralidade e o sentimento de justiça diminuído” quando é possível para alguns “exibir altos padrões de vida, luxos e até reprováveis desperdícios, e ao mesmo tempo, apresentar declarações fiscais de indigência”, relacionando a afirmação com a primeira dimensão do codebook, na qual a palavra “alguns” poderá ser representativa de uma minoria considerada “maléfica”. Também afirma que o Estado tem falhado no combate a esse flagelo, sugerindo que a Assembleia procure resolver esse problema através de mecanismos institucionais, como a “revisão das leis anticorrupção”.

Gráfico 9 - Temáticas do discurso 5 de outubro de 2005 - Jorge Sampaio (0,2).



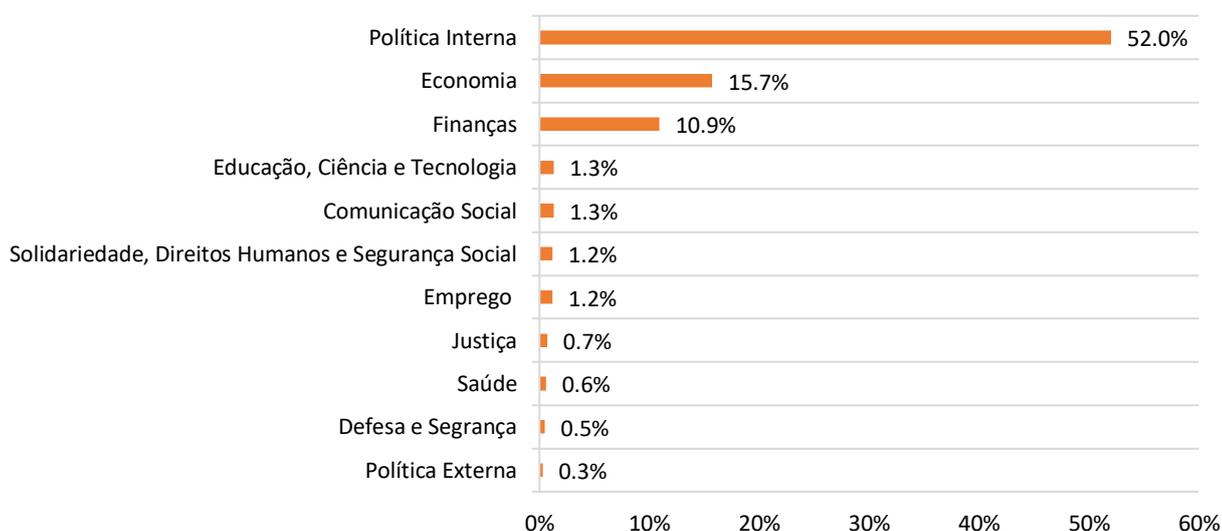
III - Cavaco Silva: A crise financeira de 2008

Proferido num contexto de crise financeira, que ainda não tinha atingido todo o seu potencial negativo sobre o país, o discurso de Aníbal Cavaco Silva referente às comemorações da Revolução dos Cravos, em 2009, enfatiza em mais de 50% a temática Política Interna, sendo os assuntos relativos à Economia e Finanças os dois outros grandes temas.

O Presidente da República refere a importância do ano que principia, marcado pela ocorrência de três atos eleitorais, realçando a importância da participação cívica, do esclarecimento nas campanhas e na transmissão de informação por parte da comunicação social.

Porém, e voltando ao início do discurso, a crise financeira que se avizinhava foi o assunto no qual foi assinalada uma passagem que muito indiretamente se relaciona com o codebook proposto por Hawkins, na qual o Presidente Cavaco Silva refere “gestores financeiros imprudentes ou incompetentes, (...) que abusaram da liberdade do mercado e da confiança dos cidadãos”, podendo ser interpretada como uma subversão da vontade geral por parte de uma minoria. Aplica uma dimensão moral a este segmento, apontando a “ausência de valores e princípios éticos”, remetendo para a carga de moralidade do codebook de Hawkins, e reitera que sem esses princípios, a probabilidade de uma situação

Gráfico 10 - Temáticas do discurso 25 de abril de 2009 - Aníbal Cavaco Silva (0,1)

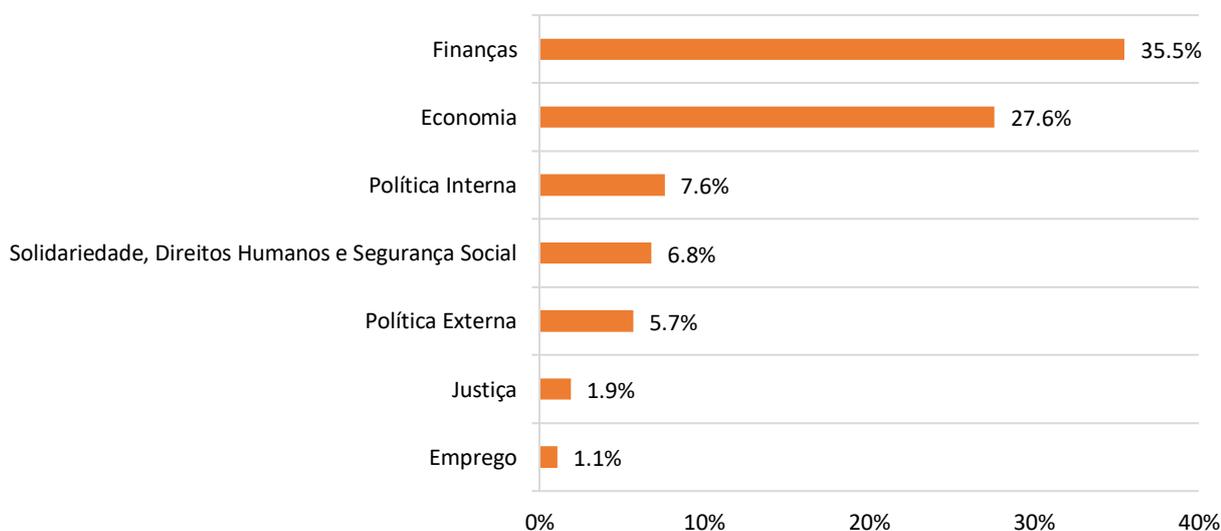


similar ocorrer é alta. Por fim, afirma ainda “não ter dúvidas sobre quem foram os que se aproveitaram das poupanças alheias e provocaram o colapso do sistema”, numa referência a uma minoria de gestores financeiros mencionada previamente.

O oitavo discurso sinalizado pertence também a Aníbal Cavaco Silva. Foi proferido no dia 1 de janeiro de 2013, no epicentro da crise económica e financeira que afetou a globalidade dos Estados em todo o mundo. Por esse motivo, as temáticas Economia e Finanças são as mais encontradas ao longo da intervenção (63,2% do total de temáticas). Pauta-se pelo tom negativo com o qual o Presidente admite que será um ano muito complicado para os portugueses, possivelmente pior do que o ano que terminara. A intervenção externa por parte da *Troika* é o aspeto mais realçado por parte do Presidente, que apesar “da redução de rendimento dos cidadãos, por aumento de impostos e pela diminuição de prestações sociais”, vê como legitimada pelos partidos “que representam 90% dos deputados à Assembleia da República”.

Apesar de demonstrar compreensão e solidariedade pelo executivo no que concerne à aplicação de medidas tão impopulares na proposta de Orçamento de Estado para 2013, Cavaco Silva aponta que os sacrifícios afetarão todos, “mas alguns mais do que outros”, inserindo uma dimensão dualista na sociedade, tal como nos discursos de Mário Soares e Jorge Sampaio, que lhe suscitam “dúvidas sobre a justiça da repartição dos sacrifícios”, dando assim a ideia de que uns (as classes mais baixas) serão mais prejudicados

Gráfico 11 - Temáticas do discurso 1 de janeiro de 2013 - Aníbal Cavaco Silva (0,2)



que outros, remetendo porém para a decisão do Tribunal Constitucional em relação ao Orçamento de Estado para aquele ano.

A Tabela 15 sintetiza os assuntos com mais cobertura por parte dos presidentes nos discursos pontuados acima de 0. Observando os resultados da análise cruzada entre as referências assinaladas e as temáticas discursivas, é possível concluir que a temática Economia é a que mais gera referências passíveis de serem enquadradas nos critérios avaliativos do projeto *GPD*, com quatro referências, seguida de Finanças e Política Interna, com duas, e Justiça, com uma.

As referências económicas dizem, na sua maioria, respeito ao desequilíbrio existente na sociedade no que respeita à discrepância de rendimentos e de condições de vida. Todas elas referem uma sociedade dualista, composta por “uns” e “outros”, que raramente são identificados, subentendendo-se tratar-se das camadas mais baixas, condenadas a “uma pobreza sem perspectivas de mudança”, contrastante com uma “riqueza ostentatória chocante”, fornecendo uma ideia de continuidade desta dinâmica. Jorge Sampaio remete para o crescente corporativismo na sociedade portuguesa quando procura justificar aquilo que ele entende como a “subversão do interesse geral” (Mudde, 2004), afirmando que a função primeira do Estado é assegurar esse mesmo interesse maioritário.

Importa lembrar que os resultados da primeira análise referente ao populismo são claros: os Presidentes da República não recorrem a retórica populista nos discursos. Todos os discursos promovem a pluralidade política e de opinião, os direitos e liberdades dos cidadãos são respeitados, assim como as instituições representativas e liberais, considerando as eleições o ato mais importante de participação cívica na vida democrática, sem apontar claramente a subversão do sistema por parte de uma elite dominante, porém minoritária. As passagens foram assinaladas devido à possibilidade de enquadramento com algumas dimensões propostas por Hawkins (2009), ainda que nenhuma seja claramente populista.

Esta segunda análise executada procura apenas fornecer um enquadramento temático das passagens assinaladas nos discursos. Estes foram pontuados na sua globalidade, tendo sido posteriormente identificados os trechos que justificaram que a sua pontuação fosse superior a zero. De notar que as pontuações 0,1 e 0,2 são claramente resultados considerados “nada populistas” de acordo com os critérios apresentados por Hawkins (2009) e Hawkins et al. (Hawkins et al., 2019).

Tabela 15 – Listagem das temáticas predominantes e com referência ao codebook do *GPD*

Presidente	Discurso	Data	Pontuação	Temática Principal (%)	Temática com referência populista
Mário Soares	Mensagem de Ano Novo	01/jan/1990	0,1	Política Externa	Economia
Mário Soares	Mensagem de Ano Novo	01/jan/1992	0,2	Política Externa	Economia
Mário Soares	Internacional	05/jan/1996	0,1	Política Externa	Economia
Jorge Sampaio	Comemoração 25 de abril	25/abr/1997	0,1	Política Interna	Política Interna
Jorge Sampaio	Comemoração 25 de abril	25/abr/2004	0,1	Política Interna	Economia e Política Interna
Jorge Sampaio	Comemoração 5 de outubro	05/out/2005	0,2	Política Interna	Justiça
Aníbal Cavaco Silva	Comemoração 25 de abril	25/abr/2009	0,1	Política Interna	Finanças
Aníbal Cavaco Silva	Mensagem de Ano Novo	01/jan/2013	0,2	Finanças	Finanças

7 - Conclusões e reflexões futuras

O principal propósito desta dissertação surgiu tanto da inexistência na literatura de um estudo sistemático sobre o populismo, que incidisse sobre a principal figura de Estado portuguesa, o Presidente da República, como da discussão mediática e académica que tem tido algum destaque em Portugal, num período de afirmação de movimentos populistas um pouco por toda a Europa. Sendo um ator proeminente no regime semipresidencialista português, e existindo alguns estudos sobre o populismo em Portugal, porém utilizando partidos políticos como unidade de análise (Lisi & Borghetto, 2019; Quintas da Silva, 2018) ou mesmo os candidatos presidenciais (Santo & Figueiras, 2019), torna-se importante analisar se o Presidente da República emprega na sua comunicação algum tipo de elemento discursivo populista.

O Projeto Global Populism Database, que junta académicos de várias partes do mundo, ambiciona a criação de uma base de dados que permita a medição de populismo ao longo do tempo e do espaço. O projeto contabiliza 215 líderes mundiais provenientes de 66 países, na qual Portugal está ausente. Surgiu, assim, uma oportunidade de replicar o estudo, aplicando-o à realidade portuguesa.

A primeira conclusão passível de ser retirada é a de que os Chefes de Estado portugueses não recorrem ao estilo discursivo populista. A média das pontuações dos discursos apresenta-se extremamente próxima de zero (0,01 para Soares, 0,01 para Sampaio, 0,01 para Cavaco Silva e 0 para Marcelo Rebelo de Sousa), numa escala compreendida entre 0 e 2. Dos 165 discursos sujeitos a examinação, apenas oito (4,9%) obtiveram pontuação superior a zero, e mesmo assim, nunca superior a 0,2, o que comprova que nenhum Chefe de Estado português se pode considerar populista. Dadas as pontuações baixíssimas dos discursos presidenciais, a relação entre as pontuações e o mandato presidencial, o tipo de relação PR/PM, tipo de governo e intervenção financeira externa mostraram-se sempre insignificantes, estatisticamente falando.

Da segunda análise proposta resulta um cruzamento entre as passagens assinaladas retiradas dos oito discursos pontuados acima de 0 e as temáticas nas quais se inserem, sendo o grande destaque dado aos assuntos económicos, nos quais se encontraram quatro

referências que poderão ser interpretadas à luz de algumas dimensões propostas no codebook proposto por Hawkins (2009) e Hawkins et al. (Hawkins et al., 2019). Incidem sobretudo na existência de uma sociedade dividida em dois grupos: o maioritário, sobre quem paira uma miséria constante e poucas perspectivas de melhoria das condições de vida, e o minoritário, composto por quem ostenta a sua riqueza, por vezes de forma exacerbada. Este dualismo estrutural na sociedade portuguesa, proposto na década de 60 por Adérito Sedas Nunes (1964), divide a sociedade num bloco moderno e um tradicional, originário na clivagem económica presente entre uma “agricultura estagnada e uma indústria em crescimento” (1964, p. 409), que se reflete também num consequente dualismo económico. Este dualismo evoluiu para um dualismo em rede, consequência do crescimento e desenvolvimento dos grandes centros urbanos, contrastante com um despovoamento e abandono do território interior do país (Carmo, 2004, p. 9). Também testemunhamos algumas referências a um corporativismo lesivo do interesse geral, acusado de desvirtuar os desejos e as necessidades das populações, que impedem a mudança política e económica no país.

Os 165 discursos analisados provaram ser extremamente democráticos e institucionais, onde é testemunhável uma valorização constante dos direitos humanos, da liberdade, do pluralismo social e político, da importância dos diferentes atos eleitorais, da convivência interpartidária, da cooperação interinstitucional ou das parcerias com entidades supranacionais, como a União Europeia, a Organização das Nações Unidas ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Comparativamente aos estudos que inspiraram esta dissertação, os discursos dos Chefes de Estado portugueses encontram-se ao nível dos seus homólogos franceses, que tampouco recorrem a retórica populista nos seus discursos presidenciais (Hawkins et al., 2019).

Esta dissertação possuiu também algumas limitações, já mencionadas no decorrer da mesma: das categorias dos discursos analisados no projeto GPD (campanha, inauguração/celebração, internacionais e famosos), apenas os discursos de celebração e internacionais foram sujeitos a análise, apesar de alguns discursos proferidos em Portugal poderem ser considerados “famosos”; a discrepância entre o número de discursos dos três primeiros presidentes e Marcelo Rebelo de Sousa, o atual Chefe de Estado português,

também deixa uma lacuna nesta dissertação; também o caso de Marcelo Rebelo de Sousa, que apenas cumpriu um mandato, em coabitação com governos minoritários do Partido Socialista, e sem qualquer intervenção financeira externa durante o seu primeiro mandato, obrigou à sua exclusão da análise estatística levada a cabo nesta dissertação.

A realização deste projeto pretendeu sobretudo abrir as portas ao estudo sistemático do populismo dos Presidentes da República portugueses, num período em que o populismo entrou na agenda política nacional, tanto através do crescimento de forças políticas que são objetivamente populistas, como o partido Chega, como através da própria candidatura do seu líder à Presidência da República. Considero ter dado um contributo importante para o estudo deste fenómeno em Portugal, sobretudo focando na principal figura de Estado, apesar de ainda existir muito a explorar no que concerne a este fenómeno que se encontra entrosado com os sistemas políticos de tantos países no mundo, incluindo em Portugal.

8 - Referências Bibliográficas

- Adam, R. (2017). A Populist Momentum in the EU? *On-Line Journal Modelling the New Europe*, 23, 19–30. <https://doi.org/10.24193/OJMNE.2017.23.02>
- Akkerman, A., Mudde, C., & Zaslove, A. (2014). How Populist Are the People? Measuring Populist Attitudes in Voters. *Comparative Political Studies*, 47(9), 1324–1353. <https://doi.org/10.1177/0010414013512600>
- Aslanidis, P. (2018). Measuring populist discourse with semantic text analysis: an application on grassroots populist mobilization. *Quality and Quantity*, 52(3), 1241–1263. <https://doi.org/10.1007/s11135-017-0517-4>
- Barroso, A., & Bragança, J. V. de. (1988). El Presidente de la República: Función y Poderes. *Revista de Estudios Políticos*, 60–61, 307–331.
- Bernhard, L., & Kriesi, H. (2019). Populism in election times: a comparative analysis of 11 countries in Western Europe. *West European Politics*, 42(6), 1188–1208. <https://doi.org/10.1080/01402382.2019.1596694>
- Bischof, D., & Senninger, R. (2018). Simple politics for the people? Complexity in campaign messages and political knowledge. *European Journal of Political Research*, 57(2), 473–495. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12235>
- Bobba, G., & McDonnell, D. (2016). Different Types of Right-Wing Populist Discourse in Government and Opposition: The Case of Italy. *South European Society and Politics*, 21(3), 281–299. <https://doi.org/10.1080/13608746.2016.1211239>
- Bonikowsky, B., & Gidron, N. (2016). The Populist Style in American Politics: Presidential Campaign Discourse, 1952–1996. *Social Forces*, 94(4), 1593–1621. <https://doi.org/10.1093/sf/sov120>
- Bos, L., & Brants, K. (2014). Populist rhetoric in politics and media: A longitudinal study of the Netherlands. *European Journal of Communication*, 29(6), 703–719. <https://doi.org/10.1177/0267323114545709>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Canovan, M. (1981). *Populism* (1st ed.). Harcourt Brace Jovanovich.

- Carmo, R. M. do. (2004). *Visões do território português: a emergência da sociedade dualista organizada em rede*.
- Cruz, M. B. da. (1994). O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português. *Análise Social*, 29(125/126), 237–265.
<https://doi.org/10.2307/41011055>
- Dearing, J. W., & Rogers, E. M. (1996). *Agenda Setting*. Sage Publications.
- Dornbusch, R., & Edwards, S. (1991). The Macroeconomics of Populism. In R. Dornbusch & S. Edwards (Eds.), *The Macroeconomics of Populism in Latin America* (pp. 7–13). University of Chicago Press. <http://www.nber.org/chapters/c8295>
- Drake, P. W. (1982). Review: Populism in South America. *Latin American Research Review*, 17(1), 190–199. <https://www.jstor.org/stable/2502949?seq=1>
- Duarte, I. M., Pinto, A. G., & Salgado, S. (2019). Estratégias discursivas do discurso político populista em Portugal: Estado Novo e movimentos nacionalistas atuais. In M. A. Marques & S. G. de Sousa (Eds.), *Linguagens de Poder* (pp. 35–53). Húmus.
<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/124739>
- Duverger, M. (1980). A New Political System Model: Semi-Presidential Government. *European Journal of Political Research*, 8(2), 165–187.
<https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1980.tb00569.x>
- Elgie, R. (1999). The politics of semi-presidentialism. In R. Elgie (Ed.), *Semi-presidentialism in Europe* (1st ed., pp. 1–21). Oxford University Press.
- Elgie, R., & McMnamin, I. (2011). Explaining the onset of cohabitation under semi-presidentialism. *Political Studies*, 59(3), 616–635. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2010.00870.x>
- Erlich, H. S. (1977). Populist rhetoric reassessed: A paradox. *Quarterly Journal of Speech*, 63(2), 140–151. <https://doi.org/10.1080/00335637709383375>
- Feijó, R. (2019). *Portugal: is Marcelo “populist”?* Presidential Power.
<https://presidential-power.net/?author=47>
- Feijó, R. (2020). *Portugal: the upcoming presidential elections*. Presidential Power.
<https://presidential-power.net/?author=47>
- Fernandes, J. M., & Jalali, C. (2017). A Resurgent Presidency? Portuguese

- SemiPresidentialism and the 2016 Elections. *South European Society and Politics*, 22(1), 121–138. <https://doi.org/10.1080/13608746.2016.1198094>
- Frain, M. (1995). Relações entre o Presidente e o primeiro-ministro em Portugal: 1985-1995. *Análise Social*, 30(133), 653–678.
<https://www.jstor.org/stable/41011112?seq=1>
- Franco, V. (2017). *Semipresidencialismo em Portugal: Poderes Presidenciais e Interação com o Governo (1982-2016)*. Universidade Nova de Lisboa.
- Freire, A., & Santana-Pereira, J. (2018). O sistema semipresidencial português em tempos de crise, 2011-2016: um presidente entre a responsabilidade internacional e a responsividade face aos eleitores. In A. C. Pinto & P. J. C. Rapaz (Eds.), *Presidentes e (Semi)Presidencialismo nas Democracias Contemporâneas* (1ª, pp. 217–252). Imprensa de Ciências Sociais.
- Grimmer, J., & Stewart, B. M. (2013). Text as data: The promise and pitfalls of automatic content analysis methods for political texts. *Political Analysis*, 21(3), 267–297.
<https://doi.org/10.1093/pan/mps028>
- Hawkins, K. A. (2009). Is Chávez Populist? Measuring Populist Discourse in Comparative Perspective. *Comparative Political Studies*, 48(8), 1040–1067.
<https://doi.org/10.1177/0010414009331721>
- Hawkins, K. A., Aguilar, R., Castanho Silva, B., Jenne, E. K., Kocijan, B., & Kaltwasser, R. (2019). *Measuring Populist Discourse: The Global Populism Database*.
- Jagers, J., & Walgrave, S. (2007). Populism as political communication style: An empirical study of political parties' discourse in Belgium. *European Journal of Political Research*, 46(3), 319–345. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2006.00690.x>
- Jalali, C. (2011). The President is Not a Passenger. In R. Elgie, S. Moestrup, & W. Yu-Shan (Eds.), *Semi-Presidentialism and Democracy* (pp. 156–173). Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1057/9780230306424_9
- Jönsson, A., & Balan, A. (2019). Analytic or Holistic: A Study of Agreement Between Different Grading Models. *Practical Assessment, Research, and Evaluation*, 23(1), 1–11. <https://doi.org/https://doi.org/10.7275/z3gm-fp34>
- Kioupkiolis, A. (2016). Podemos: the ambiguous promises of left-wing populism in

- contemporary Spain. *Journal of Political Ideologies*, 21(2), 99–120.
<https://doi.org/10.1080/13569317.2016.1150136>
- Knight, A. (1998). Populism and Neo-Populism in Latin America, Especially Mexico. *Journal of Latin American Studies*, 30(2), 223–248. <https://doi.org/10.2307/158525>
- Lewis, P., Clarke, S., & Barr, C. (2019). *How we combed leaders' speeches to gauge populist rise*. The Guardian.
<https://www.theguardian.com/world/2019/mar/06/how-we-combed-leaders-speeches-to-gauge-populist-rise>
- Lima, B. P. de. (2013). Portugal and the Iraq War. *Relações Internacionais*, 37, 43–61.
- Lisi, M., & Borghetto, E. (2019). Populism, blame shifting and the crisis: discourse strategies in Portuguese political parties. *South European Society and Politics*, 23(4), 405–427. <https://doi.org/10.1080/13608746.2018.1558606>
- Lisi, M., Llamazares, I., & Tsakatika, M. (2019). Economic crisis and the variety of populist response: evidence from Greece, Portugal and Spain. *West European Politics*, 42(6), 1284–1309. <https://doi.org/10.1080/01402382.2019.1596695>
- Lobo, M. C., & Neto, O. A. (2009). O semipresidencialismo português revisitado: uma avaliação do papel do presidente na política nacional, 1976-2006. In O. A. Neto & M. C. Lobo (Eds.), *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa* (pp. 25–46). Imprensa de Ciências Sociais.
- Loch, D., & Norocel, O. C. (2015). The Populist Radical Right in Europe: A Xenophobic Voice in the Global Economic Crisis. In V. Guiraudon, C. Ruzza, & H.-J. Trenz (Eds.), *Europe's Prolonged Crisis* (1st ed., pp. 251–269). Palgrave Macmillan.
https://doi.org/10.1057/9781137493675_13
- Lund, A., & Lund, M. (2018). *Mann-Whitney U Test in SPSS Statistics*.
<https://Statistics.Laerd.Com/Spss-Tutorials/Mann-Whitney-u-Test-Using-Spss-Statistics.Php> <https://statistics.laerd.com/spss-tutorials/mann-whitney-u-test-using-spss-statistics.php>
- Lusa. (2015). *BE acusa Cavaco de alinhar com populismo perigoso e egoísta*. Sic Notícias.
<https://sicnoticias.pt/pais/2015-02-11-BE-acusa-Cavaco-de-alinhar-com-populismo-perigoso-e-egoista>

- Lusa. (2019). *Marcelo/3 anos: Um semi-populista que usa os poderes com um estilo muito próprio - constitucionalistas*. <https://www.dn.pt/lusa/marcelo3-anos-um-semi-populista-que-usa-os-poderes-com-um-estilo-muito-proprio---constitucionalistas-10657426.html>
- Marques, M. A. (2019). Discursos políticos presidenciais de Ano Novo. Gerir a incerteza. *Gragoatá*, 24(50), 717–736.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/63406/1/AM.DP.AnoNovo.pdf>
- McGuire, J. W. (1997). *Peronism Without Perón: Unions, Parties and Democracy in Argentina*. Stanford University Press.
- Mudde, C. (2004). The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), 541–563.
<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2013). Populism. In M. Freeden & M. Stears (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Ideologies* (1st ed., pp. 493–512). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199585977.013.0026>
- Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism - a Very Short Introduction*. Oxford University Press.
- Müller, J.-W. (2016). *What is populism?* University of Pennsylvania Press.
<http://www.upenn.edu/pennpress/book/15615.html>
- Neto, O. A., & Lobo, M. C. (2009). Portugal's semi-presidentialism (re)considered: An assessment of the president's role in the policy process, 1976-2006. *European Journal of Political Research*, 48(2), 234–255. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2008.00833.x>
- Norris, P. (2020). Measuring Populism Worldwide. *Party Politics*, 26(6), 697–717.
<https://doi.org/10.1177/1354068820927686>
- Nunes, A. S. (1964). Portugal, sociedade dualista em evolução. *Análise Social*, 2(7/8), 407–462. <https://www.jstor.org/stable/41007685?seq=1>
- Pauwels, T. (2011). Measuring populism: A quantitative text analysis of party literature in Belgium. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 21(1), 97–119.
<https://doi.org/10.1080/17457289.2011.539483>

- Peake, J. S., & Eshbaugh-Soha, M. (2008). The Agenda-Setting Impact of Major Presidential TV Addresses. *Political Communication*, 25(2), 113–137.
<https://doi.org/10.1080/10584600701641490>
- Pinto, A. C. (2018, January 9). Marcelo introduziu um estilo de ativismo presidencial. *Jornal Público*, 8–9.
<https://www.publico.pt/2018/01/09/politica/entrevista/marcelo-introduziu-um-estilo-de-ativismo-presidencial-1798583>
- Pinto, A. C., Lobo, M. C., & Magalhães, P. C. (2009). As instituições políticas portuguesas. In M. V. Cabral, M. C. Lobo, & R. G. Feijó (Eds.), *Portugal. Uma democracia em construção* (pp. 141–173). Imprensa de Ciências Sociais.
- Popping, R. (2018). Measuring populist discourse using semantic text analysis: a comment. *Quality and Quantity*, 52(5), 2163–2172. <https://doi.org/10.1007/s11135-017-0651-z>
- Quintas da Silva, R. (2018). A Portuguese exception to right-wing populism. *Palgrave Communications*, 4(7). <https://doi.org/10.1057/s41599-017-0062-8>
- Rapaz, P. J. C. (2018). O “veto político” do presidente da República Portuguesa, 1986-2013: uso e variáveis políticas. In A. C. Pinto & P. J. C. Rapaz (Eds.), *Presidentes e (Semi)Presidencialismo nas Democracias Contemporâneas* (1ª, pp. 193–215). Imprensa de Ciências Sociais.
- Rooduijn, M., & Pauwels, T. (2011). Measuring populism: Comparing two methods of content analysis. *West European Politics*, 34(6), 1272–1283.
<https://doi.org/10.1080/01402382.2011.616665>
- Salgado, S. (2017). Portugal: Discreet Populisms Amid Unfavorable Contexts and Stigmatization. In T. Aalberg, F. Esser, C. Reinemann, J. Stromback, & C. De Vreese (Eds.), *Populist Political Communication in Europe* (1ª, pp. 235–248). Taylor & Francis.
<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/24597?locale=en>
- Salgado, S. (2019). Where’s populism? Online media and the diffusion of populist discourses and styles in Portugal. *European Political Science*, 18(1).
<https://doi.org/10.1057/s41304-017-0137-4>
- Salgado, S., & Stavrakakis, Y. (2019). Introduction: populist discourses and political

- communication in Southern Europe. *European Political Science*, 18(1), 1–10.
<https://doi.org/10.1057/s41304-017-0139-2>
- Salvati, E. (2016). Matteo Renzi: a new leadership style for the Italian Democratic Party and Italian politics. *Modern Italy*, 21(1), 7–18. <https://doi.org/10.1017/mit.2015.2>
- Santiago, D. (2018, October 17). *Eurobarómetro: Imagem da UE é a melhor de sempre - União Europeia - Jornal de Negócios*. *Jornal de Negócios*.
<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao-europeia/detalhe/eurobarometro-imagem-da-ue-e-a-melhor-de-sempre>
- Santo, P. do E., & Figueiras, R. (2019). Populism and the media factor. In E. Hidalgo-Tenorio, M.-Á. Benítez-Castro, & F. De Cesare (Eds.), *Populist Discourse: Critical Approaches to Contemporary Politics* (1ª, pp. 65–80). Taylor and Francis.
<https://doi.org/10.4324/9780429026751-5>
- Serrano, E. (2020). Populismo em Portugal. *Media & Jornalismo*, 20(37), 221–239.
https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_12
- Stavrakakis, Y., & Katsambekis, G. (2014). Left-wing populism in the European periphery: The case of SYRIZA. *Journal of Political Ideologies*, 19(2), 119–142.
<https://doi.org/10.1080/13569317.2014.909266>
- Stępińska, A., Piontek, D., & Jakubowski, J. (2017). Methodological Challenges for International Empirical Studies on Populist Political Communication. *Athenaeum*, 56, 226–243.
- Taggart, P. (2000). *Populism*. Open University Press.
- Taggart, P. (2004). Populism and representative politics in contemporary Europe. *Journal of Political Ideologies*, 9(3), 269–288.
<https://doi.org/10.1080/1356931042000263528>
- TVI24. (2016). *Cavaco Silva foi “o pior presidente em democracia”, diz Carlos Carvalhas*. TVI24. <https://tvi24.iol.pt/politica/presidente-da-republica/cavaco-silva-foi-o-pior-presidente-em-democracia-diz-carlos-carvalhas>
- Vittori, D. (2016). European populism in the shadow of the great recession. *Acta Politica*, 51(3), 400–402. <https://doi.org/10.1057/ap.2016.7>